



**UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 142ª Reunião Ordinária,**  
**realizada em 13 de junho de 2019**

1 Em 13 de junho de 2019, reuniu-se ordinariamente a Unidade  
2 Regional Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do  
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório da  
4 UEMG/Divinópolis - Rua Paraná, 3.001 - Bairro Jardim Belvedere,  
5 Divinópolis/MG. Participaram os seguintes membros titulares e  
6 suplentes: Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves, da  
7 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
8 Sustentável (SEMAD); REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:  
9 Sávio Domingos Amaral, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
10 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES);  
11 Giovanardi Marco Alves, da Secretaria de Estado de Cidades e de  
12 Integração Regional (SECIR); Lucas José Oliveira, da Secretaria de  
13 Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); José Tadeu La  
14 Guardia, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas  
15 (SETOP); Marcus Vinícius Lamas Moreira, do Ministério Público de  
16 Minas Gerais (MPMG); 2º Ten. PM Flávio Borges Silva, da Polícia  
17 Militar de Minas Gerais (PMMG); Francisco de Faria Campos Júnior,  
18 da Prefeitura do Município-sede da URC/ASF; Rafaela Lúcia Martins  
19 de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH);  
20 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL: Túlio Pereira de Sá, da  
21 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);  
22 Edécio José Cançado Ferreira, da Federação da Agricultura e  
23 Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Cinara Lucinei  
24 Mendes, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais  
25 do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Flávia Mateus Gontijo  
26 D'Alessandro, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA)  
27 Divinópolis/MG; Paulo José de Oliveira, do Espeleogruppo Pains  
28 (EPA); Beatriz Alves Ferreira, da Universidade Federal de São João  
29 Del Rei – Campos Centro Oeste Dona Lindu; Leonardo Teixeira  
30 Antunes, do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de  
31 Minas Gerais (SINDUSCON/MG). **Assuntos em pauta. 1.**  
32 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente  
33 Suplente Amanda Cristina Chaves: “Bom dia a todos. Pauta da 142ª  
34 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
35 do Conselho Estadual de Políticas Ambientais – COPAM. 13 de junho  
36 de 2019. Declaro agora aberta a reunião. Iniciaremos com a execução

37 do Hino Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA.** Presidente Suplente  
38 Amanda Cristina Chaves: “Declaro aberta a reunião, abertura pelo  
39 Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio  
40 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Alto  
41 São Francisco, Doutor Diogo Soares de Melo Franco. Daremos início  
42 ao Comunicado aos Conselheiros e Assuntos Gerais. Eu, Amanda  
43 Cristina Chaves, Supervisora da Unidade Regional Centro Oeste,  
44 estarei atuando hoje como presidente da URC. Daremos início à  
45 posse aos Conselheiros presentes. Senhor José Tadeu La Guardia,  
46 representante da SETOP e ao 2º Suplente, representando ao  
47 Ministério Público, Doutor Marcus Vinícius Lamas Moreira.” **3.**  
48 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
49 Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: “Passarei a palavra  
50 para o Doutor José Augusto, para que passe para vocês a  
51 metodologia que será utilizada para a votação. Abro aos Conselheiros  
52 para Comunicado e Assuntos Gerais.” José Augusto, da Supram/ASF:  
53 “Só para esclarecer, aqui do regimento. Declaração aberta à reunião  
54 da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco. Estamos agora  
55 no item terceiro da pauta, Comunicado e Assuntos Gerais. A gente vai  
56 fazer só dois esclarecimentos breves, um é com relação à  
57 metodologia nova de votação, isso já vinha sendo aplicado lá nas  
58 Câmaras Técnicas de Belo Horizonte e, verificando que essa  
59 metodologia era mais positiva para o registro, a clara manifestação  
60 dos Conselheiros, como isso está sendo uma mudança na informação  
61 dessa reunião, então a gente está abordando brevemente, então  
62 todos os votos vão ser registrados pela presidência e conforme os  
63 itens de pauta forem sendo abordados, Conselheiros deixem claro o  
64 voto que eles vão estar manifestando para que a presidência possa  
65 registrar devidamente e aí tem todas as modalidades de manifestação  
66 do Conselheiro, favorável, pedido de Vista, voto contrário. Isso é uma  
67 forma de autuar no conselho que foi visto pela SEMAD, que vem  
68 sendo positivo nas câmaras técnicas de Belo Horizonte, e que a gente  
69 vai estar aplicando aqui também. Espero que seja proveitoso para  
70 todos os Conselheiros, também quero desejar um bom dia a todos e  
71 agradecer a presença também de todos. E a gente também tem uma  
72 observação com relação ao tema que foi levantado nas reuniões  
73 pretéritas, que é com relação a aquela fixação do valor da multa,  
74 quanto que incidiria, correção, juros de mora, etc., e a gente fez uma  
75 consulta formal, apesar do já esclarecimento prestado, as reuniões  
76 anteriores, a gente fez também um memorando considerando tudo  
77 que foi colocado pelos Conselheiros e a resposta adicional que a  
78 gente recebeu da SEMAD, ela está aqui para o memorando  
79 SUPRAM/SUFIS 05/2018, agora, no final do ano passado e a gente

80 vai pedir depois para a Secretaria Executiva encaminhar uma cópia  
81 para os Conselheiros terem acesso a todo teor, mas em síntese, para  
82 não formar também o tempo, tem todos os termos aqui do documento,  
83 mas ratificando o posicionamento que já vem sendo empregado pelo  
84 próprio NAI, pela própria SUPRAM e alinhado ao parecer da AGE e  
85 até na própria maneira como o sistema CAP emite os valores. A gente  
86 respeita o posicionamento de eventuais Conselheiros que não  
87 concordem, mas tem o momento de Diretriz Institucional, conforme a  
88 gente já vem esclarecendo e a Secretaria Executiva vai encaminhar  
89 depois para vocês os termos, as (trecho incompreensível) do  
90 memorando por parte da SEMAD.” Presidente Suplente Amanda  
91 Cristina Chaves: “Alguma manifestação por parte dos Conselheiros?”  
92 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Bom dia a todos, em  
93 primeiro lugar. Gostaria de cumprimentar os novos Conselheiros que  
94 ora são empossados, desejar a eles sucesso aqui na missão e que  
95 mais uma vez, como o Ministério Público sendo bem feito e também o  
96 pessoal do Estado com sua própria presença, que a colaboração de  
97 vocês é muito importante. Nós tivemos aqui grandes participantes por  
98 parte do Ministério Público, eu posso citar o Mauro, não vou falar  
99 Doutor Mauro não, porque ele é tão amigo, tão leal que é o Mauro. O  
100 Doutor Leandro Willi, um cara muito atuante, muito bacana, posições  
101 duras, mas posições confiáveis, posições que a gente respeita,  
102 mesmo quando contrária, muitas vezes, ao posicionamento nosso.  
103 Quero só deixar registrado que a Federação da Agricultura e Pecuária  
104 realizou no último dia 11 em Belo Horizonte, inclusive com a  
105 participação do pessoal da SEMAD o 6º Seminário Ambiental. Teve  
106 uma participação bastante maciça, temas abordados de alto interesse,  
107 especialmente, óbvio, se é na nossa casa, interesse do produtor rural,  
108 mas interesse da coletividade e especialmente do Meio Ambiente.  
109 São as nossas posições frente ao Meio Ambiente ou, não diria frente,  
110 em paralelo ao Meio Ambiente, caminhando junto para o melhor  
111 desenvolvimento da agropecuária mineira e um aproveitamento  
112 sustentável do ativo ambiental que nós dispomos do Estado.  
113 Obrigado.” **4. EXAME DA ATA DA 141ª RO DE 21/02/2019.**  
114 Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: “Dando início,  
115 passamos para o próximo item. Item 4: Exame da Ata 141ª Reunião  
116 Ordinária de 21 de fevereiro de 2019. Há algum destaque por parte  
117 dos Conselheiros? Assim sendo, solicito, que seja registrado, por  
118 todos os Conselheiros, a votação favorável ao exame da ata. Registro  
119 todos os Conselheiros presentes, foram favoráveis à ata da 141ª  
120 reunião e registro ainda a abstenção do representante Paulo José –  
121 EPA e José Hermano – AMA.” Conselheiro Edélcio José Cançado  
122 Ferreira: “Presidente, José Hermano não está presente.” Presidente

123 Suplente Amanda Cristina Chaves: “Correção, ausência: Senhor José  
124 Hermano – AMA Pangéia e Paulo José – EPA, José Hugo – CREA.”  
125 **5. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
126 **REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM BIOMA**  
127 **MATA ATLÂNTICA, EM ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU**  
128 **AVANÇADO, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO**  
129 **AMBIENTAL.** Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: “Item 5 –  
130 Processo Administrativo para exame de requerimento para  
131 Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estado de  
132 regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento  
133 Ambiental. CEMIG Distribuição S.A./Linha de Distribuição Arcos I –  
134 Pimenta 138 kv – Arcos/Pains/Pimenta/MG – PA/Nº 13010000196/18  
135 – Área Requerida: 9,5782 ha – Área Passível de Aprovação: 9,5782  
136 ha. Fitofisionomia: Cerrado/Floresta Estacional Semidecidual –  
137 Estágio de Regeneração: médio. Apresentação: IEF/NAR Arcos.  
138 Existe algum destaque por parte dos Conselheiros? Há uma inscrição  
139 para manifestação. Senhora Josiane (trecho incompreensível).  
140 Coloco, assim, em votação o processo. Peço que todos registrem a  
141 votação. Voto favorável a todos os presentes, exceto: abstenção  
142 FAEMG, abstenção Ministério Público, abstenção SEDECTES e  
143 abstenção Polícia Militar. Processo aprovado e registro ainda as  
144 ausências dos representantes do CREA, AMA Pangéia e EPA.” **6.**  
145 **Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de**  
146 **Infração.** Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: “6º item –  
147 Processos Administrativos para Exame de Recurso de Autos de  
148 Infração. 6.1 – Rodoposto Oliveira Ltda. – posto revendedor de  
149 combustível - PA/Nº CAP 513756/18 - AI/Nº 49411/2013 –  
150 Oliveira/MG. Manifestação da Supram ASF.” Fabiane, da  
151 Supram/ASF: “Bom dia a todos. É só para explicar que o processo  
152 Rodoposto é só uma autotutela com relação ao valor, porque na  
153 última URC, ele foi até votado, só que o valor ficou errado, foi  
154 desconsiderada UFEMG do ano a lavratura dele, que foi do ano de  
155 2013. Então, corrigindo, o valor da multa correto para o ano da  
156 lavratura, que é o UFEMG de 2013, é de R\$ 27.609,81. A ser corrigido  
157 monetariamente, na época da emissão do DAE. Vou falar da outra  
158 autotutela, que é do processo da Elaine. Também é uma correção  
159 com relação ao valor. Posso falar o número do processo?” Presidente  
160 Suplente Amanda Cristina Chaves: “Coloco, assim, em votação. Aos  
161 Conselheiros peço que registrem. Registro aqui voto favorável dos  
162 presentes e abstenção do Ministério Público, ausência AMA Pangéia  
163 e CREA.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Só registrando que  
164 FIEMG é favorável ao parecer, porém ela é contrária ao método de  
165 correção dos juros em relação à multa.” Conselheiro Edécio José

166 Cançado Ferreira: “A minha manifestação é no sentido de apoio  
167 integral à posição adotada pela FIEMG, nós também discordamos do  
168 método de correção, apesar do José Augusto brilhantemente ter  
169 colocado a posição da Advocacia Geral do Estado. Eu não me sinto  
170 obrigado a acompanhá-la.” Presidente Suplente Amanda Cristina  
171 Chaves: “Item 6.2 – Elaine de Souza Amaral – empacotamento,  
172 armazenamento e comércio de carvão – PA/Nº CAP 447887/16 –  
173 AI/Nº 91040/2016 – Cláudio/MG – Apresentação: Supram Alto São  
174 Francisco.” Fabiane, da Supram/ASF: “É Elaine de Souza Amaral e a  
175 correção, autotutela também é com relação ao valor. O parecer já foi  
176 aprovado na última reunião porque ficou faltando constar a segunda  
177 multa. O auto de infração foi lavrado com duas multas simples. Aí  
178 constou só uma, então a gente está corrigindo para constar a segunda  
179 multa, que é no valor de R\$ 17.943,84, devendo ser corrigido  
180 monetariamente na época da emissão do DAE.” Presidente Suplente  
181 Amanda Cristina Chaves: “Peço, assim, o registro dos Conselheiros  
182 quanto ao posicionamento. Registro voto favorável dos presentes e  
183 abstenção do Ministério Público, ausência AMA Pangéia e CREA.”  
184 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Mais uma vez, favorável ao parecer,  
185 porém contrário ao método de correção.” Conselheiro Edécio José  
186 Cançado Ferreira: “O mesmo posicionamento.” Presidente Suplente  
187 Amanda Cristina Chaves: “Item 6.3 – Via Vip Calçados – fabricação  
188 de calçados em geral – PA/Nº CAP 525532/18 AI/Nº 010997/2015 –  
189 Nova Serrana/MG – Apresentação Supram Alto São Francisco. Abro  
190 aqui para destaque aos Conselheiros. Não havendo nenhum  
191 destaque, abro para votação. Registro voto favorável dos  
192 Conselheiros presentes, abstenção FAEMG, abstenção SINDUSCON  
193 e abstenção Ministério Público. Registro os ausentes AMA Pangéia e  
194 CREA.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Favorável ao parecer,  
195 contrário ao método de correção.” **7. APRESENTAÇÃO**  
196 **INSTITUCIONAL: PROGRAMA ‘Diálogos com o SISEMA’ –**  
197 **DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA**  
198 **EMPREENDEDORES. APRESENTAÇÃO: ASSEA/SEMAD.**  
199 Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: “Agora, convido a  
200 Apresentação Institucional da Assessoria de Educação Ambiental /  
201 SEMAD: Diálogos com o Sisema – Diretrizes para a Educação  
202 Ambiental para Empreendimentos, André Ruas.” André Ruas, da  
203 ASSEA/SEMAD: “Bom dia a todos. Bom dia Conselheiras e  
204 Conselheiros, bom dia demais presentes aqui no plenário da URC Alto  
205 São Francisco. Eu acho que vou ficar aqui no centro, fica mais. Meu  
206 nome é André Ruas, hoje eu estou como chefe da Assessoria de  
207 Educação Ambiental e Relações Institucionais da Secretaria de  
208 Estado e Meio Ambiente, eu vim aqui falar para os senhores e

209 senhoras sobre o programa 'Diálogos com o SISEMA', cujo o tema da  
210 reunião de hoje vai ser "Diretrizes da Educação Ambiental a serem  
211 cumpridas no Licenciamento Ambiental." Antes de entrar no tema da  
212 reunião, eu gostaria de falar um pouco sobre o que é o programa  
213 'Diálogos com o SISEMA'. Esse programa foi criado pelos órgãos que  
214 compõem o SISEMA - SEMAD, IEF, FEAM e IGAM, no final de 2017,  
215 por meio de uma resolução. O objetivo dele, é de o SISEMA levar  
216 para a sociedade temas para a discussão de políticas ambientais no  
217 Estado de Minas Gerais. Nós temos vários projetos e programas  
218 dentro do Estado de Minas Gerais que são muito interessantes e nós  
219 entendemos que a participação do cidadão é muito importante na  
220 construção desse processo de política ambiental. Essas reuniões  
221 então, o programa foi instituído no final do ano passado, no ano  
222 passado todas as reuniões foram realizadas em Belo Horizonte.  
223 Foram realizadas cerca de sete reuniões, a gente teve que  
224 interromper durante o período eleitoral. Como era ano eleitoral, para  
225 não configurar nenhum tipo de propaganda de governo, a gente  
226 interrompeu o programa de setembro, outubro e novembro e esse ano  
227 a gente tem uma inovação, que o Secretário Germano entendeu por  
228 bem, de levar essa política também para a discussão das regionais no  
229 interior de Minas Gerais. A gente tinha feito a princípio em Belo  
230 Horizonte, porque a gente entende que na capital a gente teria uma  
231 grande participação, eu queria até registrar aqui um agradecimento,  
232 uma menção honrosa ao nosso colega Paulo José. Ele esteve sempre  
233 presente, eu acho que se não esteve em todos, na maioria dos  
234 programas do 'Diálogos', ele foi em Belo Horizonte participar, inclusive  
235 a gente tinha conversado ano passado, foi uma sugestão dele,  
236 inclusive, também de que a gente levasse o programa para o interior e  
237 esse ano a gente adotou essa política. Então, nós temos nove  
238 regionais da Secretaria de Meio Ambiente e estamos começando por  
239 Divinópolis. Divinópolis é a primeira, nossa intenção é que até  
240 dezembro a gente faça no mínimo uma reunião em cada regional. A  
241 divulgação dessas reuniões, como eu disse, são reuniões públicas, no  
242 nosso site tem todas as informações sobre a reunião. Aquele link que  
243 está apresentação [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br) e tem um link  
244 'Educação Ambiental', dentro de 'Educação Ambiental' tem um link  
245 'Diálogos com o SISEMA'. 15 dias antes de cada reunião nós fazemos  
246 a divulgação. Divulga a data, o local, qual será o tema da reunião e  
247 também após as reuniões, todo o material apresentado durante as  
248 reuniões vai ser disponibilizado na internet por meio da página do  
249 'Diálogos'. Então, essa apresentação que eu estou trazendo hoje para  
250 as senhoras e para os senhores, ela estar disponível no nosso site.  
251 Geralmente dois ou 03 dias úteis após a data da reunião, então quem

252 quiser o acesso da apresentação depois, é só acessar o site da  
253 Secretaria, vocês conseguem pegá-la de lá. Como eu falei, qual é o  
254 objetivo do 'Diálogos'? O objetivo é abrir o espaço para debate sob  
255 temas relevantes ao Meio Ambiente. Outra situação que foi muito  
256 positiva, que a gente decidiu fazer as reuniões do 'Diálogos' dentro da  
257 pauta das reuniões das Unidades Regionais Colegiadas do COPAM.  
258 Por quê? A gente entende que é no COPAM, que a gente discute  
259 política ambiental, que é justamente pelo nome COPAM é Conselho  
260 Estadual de Política Ambiental. Então, a gente leva essa pauta junto  
261 para as reuniões do COPAM, a gente entende que agrega valor ao  
262 programa, participar da URC, amplia o âmbito da discussão da  
263 temática com a sociedade civil pública, acadêmica e as ONGs, a  
264 gente também garante a democratização das informações ambientais.  
265 Igual eu falei, as políticas públicas de Meio Ambiente que são feitas lá  
266 capital, em Belo Horizonte, a gente entende que tem que levar para a  
267 população e o objetivo é incentivar a participação da sociedade na  
268 preservação e equilíbrio do Meio Ambiente, na defesa da qualidade  
269 ambiental. Pode passar. Então, senhores, assim, só uma breve  
270 introdução sobre o que é o programa 'Diálogos com o SISEMA', vou  
271 entrar agora no tema do 'Diálogos' de hoje, o tema é 'Educação  
272 Ambiental no Licenciamento Ambiental'. Só que antes de a gente  
273 entrar na questão do licenciamento ambiental, é interessante a gente  
274 discutir o conceito de educação ambiental. Só para esclarecer para os  
275 senhores, a minha formação, eu sou Engenheiro Civil, tem mais de  
276 dois anos que eu estou trabalhando na área, então assim, não é  
277 minha área de formação, mas eu aprendi muito nessa área, o  
278 SISEMA também tem uma equipe muito boa, pedagogos, sociólogos,  
279 então a gente acaba aprendendo muito. E o meu conceito de  
280 educação ambiental é muito diferente do conceito de educação  
281 ambiental que é hoje. O senso comum, não sei se os senhores vão,  
282 assim, o cidadão leigo, que não é especialista na área de educação  
283 ambiental, geralmente o que a gente entende como educação  
284 ambiental? Educação ambiental para mim, quando ouvia falar o  
285 seguinte 'Olha', geralmente era nas datas comemorativas, vamos  
286 pegar por exemplo o Dia da Árvore. 'Ah, vamos fazer um evento e  
287 vamos fazer... plantar uma árvore na praça.' Ou então 'Vamos fazer o  
288 dia da limpeza do rio, vamos fazer um mutirão para as pessoas irem  
289 no rio e recolher o lixo e falar da importância, ou falar sobre coleta  
290 seletiva.' Isso para mim era o conceito que eu tinha de educação  
291 ambiental, só que educação ambiental é muito maior do que isso. A  
292 Lei Estadual 15.441, ela é a Política Estadual de Educação Ambiental  
293 e no artigo 2º, nós falamos sobre o que é o conceito. 'Entende-se por  
294 educação ambiental os processos para aquisição, pelo indivíduo e



295 pela coletividade, de valores sociais, conhecimentos, habilidades,  
296 atitudes e competências voltadas para a conservação e  
297 sustentabilidade do meio ambiente, bem de uso comum do povo,  
298 essencial à sadia qualidade de vida.’ Gostaria de pedir atenção de  
299 vocês para algumas palavras ali. Primeiro, entende-se por educação  
300 ambiental os processos. O que quê é processo? Processo é algo  
301 contínuo, é algo que é realizado, não tem fim. Quando a gente fala  
302 que a gente está fazendo educação ambiental, vou pegar o exemplo  
303 que eu citei – no Dia da Árvore vamos fazer, vamos divulgar a  
304 preservação, vamos plantar uma árvore simbolicamente, vamos fazer  
305 um mutirão. Isso pode ser considerado uma ação de educação  
306 ambiental, porque a partir do momento que você está conscientizando  
307 as pessoas sobre a importância da árvore, sobre a questão de  
308 combater o desmatamento, sobre as funções que a árvore tem, da  
309 importância dela para a preservação, por exemplo, das nossas matas  
310 ciliares, da preservação dos rios. Isso é educação ambiental, mas isso  
311 é uma ação de educação ambiental, isso não é um processo.  
312 Educação ambiental, ela tem que ser realizada continuamente, não  
313 adianta uma vez por ano eu vir aqui falar para vocês sobre a  
314 importância da árvore. Quem me garante que vocês aqui presentes  
315 vão sair da minha palestra aqui hoje e vão internalizar todas as  
316 informações que eu estou falando sobre a importância da educação  
317 ambiental? Porque, a parte de aquisição de conhecimento é apenas a  
318 primeira etapa do processo de educação ambiental. Vou dar um outro  
319 exemplo para os senhores e senhoras, tem algo correlacionado à área  
320 de saúde, mas também tem a ver com o Meio Ambiente. A questão da  
321 dengue no estado. Acredito que todo mundo aqui já sabe o que tem  
322 que fazer para combater o mosquito da dengue, correto? Porque  
323 campanhas de informação, tantos anos seguidos que a gente está  
324 falando sobre a questão da dengue, aquelas informações básicas, por  
325 exemplo, não deixar um pneu parado, acumulado com água, pratinho  
326 do vaso de planta, também não deixar acumular com água. Essas  
327 informações básicas são de senso comum já, porque todo ano nós  
328 temos campanha de combate ao mosquito da dengue em vários  
329 lugares, não somente pela Secretaria de Saúde e pela Municipal, pela  
330 Estadual, mas a cada ano que passa a dengue está aí. Duas  
331 semanas atrás eu peguei dengue pela primeira vez. Eu achei que  
332 nunca, para mim a dengue era uma coisa que eu via na TV e que  
333 nunca ia acontecer comigo. Aconteceu. E por que quê mesmo assim  
334 nós ainda temos essa questão? Porque as pessoas têm acesso à  
335 informação hoje, só que a educação ambiental envolve mudança de  
336 atitude. O fato de eu passar a informação não garante que vocês vão  
337 sair daqui hoje mudando as suas atitudes. Um outro exemplo também,



338 que é da área de saúde, não é da área de meio ambiente, mas tem...  
339 por exemplo, a campanha, por exemplo, faça sexo com camisinha.  
340 Todo mundo sabe disso, não é? Para evitar DST, talvez uma gravidez  
341 não planejada, mas mesmo assim as pessoas fazem. Por quê? Elas  
342 ainda não se sensibilizaram que essa é a segunda etapa da educação  
343 ambiental. A primeira é a aquisição de conhecimentos, só que não  
344 adianta eu adquirir o conhecimento e eu não botá-lo em prática.  
345 Então, quando eu falo com fulano assim “Olha, plantar uma árvore no  
346 dia da árvore.” Ou “Fazer um mutirão de limpeza do rio.” Não adianta  
347 nada se eu continuar jogando lixo no chão, na rua. É esse dia a dia  
348 que eu tenho que aprender a mudar, repensar meus hábitos e atitudes  
349 para poder atingir o objetivo que é garantir a conservação e  
350 sustentabilidade do meio ambiente, bem como for essencial e sadia  
351 qualidade de vida. A gente costuma falar muito, brinca, e fala que a  
352 gente, algumas vezes, não faz educação ambiental, a gente faz  
353 adestramento ambiental. O que seria isso? Eu falo para vocês,  
354 quando vocês forem escovar o dente, fecha a torneira, algumas  
355 pessoas vão fazer isso. Talvez eles não entendam o porquê que eles  
356 estão fazendo aquilo. Quando eu falo por que, qual que é a  
357 importância de a gente fazer o uso racional da água? Gente, o estado  
358 passou por uma situação de escassez hídrica, principalmente há  
359 alguns anos atrás que alguns rios secaram. Então, como que a gente  
360 tenta fazer essa campanha? Cada um faça sua parte, preserve o meio  
361 ambiente, faça economia da água, o uso racional, muitas vezes as  
362 pessoas fazem mal formatismo, não entendem o porquê que eles  
363 estão fazendo isso. E a educação ambiental é justamente isso, hoje a  
364 educação ambiental, a gente trabalha com uma educação ambiental  
365 crítica e transformadora, (trecho incompreensível), não adianta eu  
366 passar para vocês a informação, eu não tenho garantia de que vocês  
367 vão sair daqui hoje, vão voltar para suas casas e vocês vão repensar  
368 hábitos e atitudes e mudar o seu comportamento. Então, por que eu  
369 fiz esse discurso sobre o conceito? Conceito é muito importante, eu  
370 mesmo tinha um conceito diferente de educação ambiental, para o  
371 conceito que eu tinha hoje ao entrar nessa área. E, no licenciamento  
372 ambiental, um dos motivos que, eu vou falar um pouco sobre a norma  
373 atual. Dois anos atrás a gente fez uma revisão da legislação, para  
374 mudar sobre isso, porque a conclusão que a secretaria havia chegado  
375 é de que os programas de educação ambiental que estavam sendo  
376 apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, eles não  
377 estavam fazendo educação ambiental. Ou, se estavam fazendo, não  
378 estavam fazendo com efetividade. ‘Ah, mas... ‘tá’. Por que eu tenho  
379 que fazer educação ambiental no licenciamento? O que isso tem a  
380 ver? Meu empreendimento não tem nada a ver com a educação.’

381 Primeiro, porque isso é uma obrigação da legislação federal. Isso não  
382 é uma obrigação somente do Estado de Minas Gerais. Se vocês  
383 pegarem o decreto 4281, esse decreto regulamenta a lei 9795, que é  
384 a lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Esse  
385 decreto, ele fala o seguinte, no artigo 6º: 'E devem ser criados,  
386 mantidos e implementados programas de educação ambiental  
387 integrados.' Aí no inciso 2º vem 'As atividades de licenciamento e  
388 revisão de atividades efetivas do potencialmente poluidoras.' É outra  
389 questão muito importante, porque em alguns casos, sem generalizar,  
390 algumas... educação ambiental é um tema que todo mundo gosta.  
391 Então, alguns casos, as empresas faziam no licenciamento ambiental,  
392 programas de educação ambiental, mas aquilo era vendido para a  
393 comunidade como se fosse uma ação de responsabilidade  
394 socioambiental da empresa, porque hoje em dia está muito na moda a  
395 empresa falar 'Não, eu tenho responsabilidade socioambiental.' Isso é  
396 um marketing verde para a empresa. Só que temos que começar a  
397 entender o seguinte, que educação ambiental é uma medida  
398 compensatória dos impactos causados pelas atividades ou  
399 empreendimentos do licenciamento ambiental, é uma benesse que o  
400 empreendedor faz para a comunidade. É uma exigência legal, com  
401 uma medida compensatória dos impactos causados pelo  
402 empreendedor. Partindo agora para a legislação estadual, aqui em  
403 Minas Gerais nós temos dois documentos que norteiam como deve  
404 ser feita educação ambiental no licenciamento. O primeiro é uma  
405 Deliberação Normativa 214/2017, ela estabelece diretrizes para  
406 elaboração e execução de programas de educação ambiental no  
407 âmbito do processo de licenciamento. Eu participei, eu fui um dos  
408 coautores dessa norma e ela levou um ano para ficar pronta. 'Nossa,  
409 mas por que um ano para você discutir isso?' Vamos lá, a iniciativa de  
410 fazer essa norma partiu dentro da própria Secretaria, partiu dos  
411 próprios analistas ambientais que analisam processos de  
412 licenciamento. Por quê? Pelo que eu expliquei, os programas de  
413 educação ambiental que estavam sendo apresentados no  
414 licenciamento, a efetividade deles era muito baixa, isso na maioria dos  
415 programas. Por quê? A norma anterior, existia uma norma anterior à  
416 214. Era a Deliberação Normativa nº 110, ela é de 2007. Para quem  
417 não conhece a 110, ela tinha dois artigos. O primeiro artigo falava o  
418 seguinte: 'Fica provado Termo de Referência no anexo dessa norma.'  
419 E o segundo artigo dela, falava o seguinte 'Essa norma entra em vigor  
420 na data da publicação.' Então, vocês podem observar que a  
421 deliberação normativa 110 só tinha um Termo de Referência. O artigo  
422 1º 'Aprovado Termo de Referência' e o artigo segundo era padrão,  
423 que toda norma tem 'Entra em vigor na data da sua publicação.' Na

424 época, foi muito importante. Ela é de 2007. Para quem não tinha  
425 nada, o Termo de Referência já foi um salto qualitativo muito  
426 importante, só que não conseguiu atingir o objetivo de causar  
427 efetividade nos programas de licenciamento e ela passou dez anos  
428 sem nunca ter sofrido nenhuma revisão. De 2007 a 2017. Depois eu  
429 vou explicar o que mudou desses dez anos, mas assim, o salto  
430 qualitativo foi muito grande. Além da deliberação, nós temos um outro  
431 documento que a gente chama de Instrução de Serviço. O que é essa  
432 Instrução de Serviço? Nós temos 09 regionais, como eu falei, aqui da  
433 secretaria de estado de Meio ambiente. E, a norma, ela não entra em  
434 nível de detalhe de procedimento. Então, por exemplo, eu posso fazer  
435 uma leitura da norma, posso interpretar de alguma forma e qualquer  
436 um dos senhores pode daí interpretar de uma forma diferente, porque  
437 ela não entra nesse nível de detalhamento, de como que deve ser  
438 feito o procedimento. A Instrução de Serviço, ela é um documento  
439 interno do órgão, é um documento que foi feito para criar  
440 procedimentos para elaboração, análise e acompanhamento desses  
441 programas pelos técnicos das SUPRAMs, para que existam pelo  
442 menos uma linha de pensamento parecida, norteadora para todos os  
443 técnicos na hora de analisar o programa. Essa instrução, ela não tem  
444 caráter de lei, mas ela é um documento interno do órgão ambiental  
445 que vai nortear os técnicos do órgão, como que deve ser feita a  
446 análise desses programas. Essa instrução é um documento público  
447 também, vocês podem procurar no nosso site, que é o  
448 [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br), tem um link lá, chamado  
449 'Padronização de Procedimentos' e dentro desse link tem um outro  
450 link que tem Instrução de Serviço. Aí é só procurar o número dela, que  
451 é a Instrução de Serviço nº 4/2018. Então, algumas premissas que a  
452 gente vai ter antes de entrar no detalhamento. O que é o programa de  
453 educação ambiental? Ele é um conjunto de projetos. Certo? Então um  
454 conjunto de projetos e esses projetos, por sua vez, podem ser um  
455 conjunto de ações. Igual eu falei, a questão de plantar uma árvore no  
456 dia da árvore é uma ação de educação ambiental, isso não é um  
457 programa. Então isso já estava errado desde então. Como eu já falei,  
458 o programa é uma medida compensatória dos impactos ambientais. O  
459 programa não é um benefício que o empreendedor dá para a  
460 comunidade. Não. É uma exigência legal e é uma medida  
461 compensatória dos impactos causados pelo empreendido. E, outro  
462 objetivo dele, é dar continuidade à permanência dos processos de  
463 educação ambiental, uma vez que o processo de formação de  
464 indivíduos é permanente. O programa de educação ambiental que vai  
465 uma, duas, ou três vezes por ano na comunidade não é programa de  
466 educação ambiental, são ações pontuais de educação ambiental, mas

467 isso não é um programa, porque, como eu falei no início da  
468 apresentação, educação ambiental é um processo e um processo de  
469 formação de indivíduos. Outro fator interessante, que a gente precisa  
470 alinhar é o seguinte, no licenciamento ambiental, às vezes, o  
471 empreendimento pode ter vários processos administrativos de  
472 licenciamento ambiental. Por exemplo, eu posso ter um  
473 empreendimento na fase de Licença Prévia, pode ser uma ampliação,  
474 às vezes um empreendimento que já está operando. Ele tem uma  
475 Licença de Operação, mas eu quero fazer uma ampliação, ele vai  
476 abrir um processo de Licença Prévia. Então, o mesmo  
477 empreendimento, ele pode ter dois ou mais processos de  
478 licenciamento ambiental em análise ou concluídas. O programa, ele é  
479 o programa do empreendimento como um todo. O que isso significa?  
480 Você não vai fazer programa de educação ambiental diferente para  
481 cada processo de licenciamento ambiental que você tem. É um  
482 processo único para o empreendimento. Aí vão falar: 'André, mas eu  
483 já tenho programa de educação ambiental, já foi aprovado pelo órgão  
484 ambiental no licenciamento, já passou pelo conselho, foi aprovado.'  
485 Eu vou fazer um processo de ampliação, por exemplo, você  
486 simplesmente vai pegar o seu programa de educação que já existe e  
487 você vai incorporar nele todos os novos impactos ambientais da sua  
488 ampliação. Então você não tem um único processo, perdão. Você  
489 manter um único programa de educação ambiental para todos os  
490 processos de licenciamento que você tiver. Outra inovação da norma,  
491 que para a gente é importante, é o seguinte, a gente tem um artigo na  
492 norma que é o artigo 11, que fala o seguinte, que o programa pode  
493 elaborado, executado em parceria com outras ações, programas  
494 executados por empresas ou instituições públicas e privadas, situadas  
495 na mesma área de influência direta do empreendimento. Ou buscar  
496 sinergia com outras políticas de educação ambiental desenvolvidas na  
497 região. Para a gente isso foi uma grande inovação, por quê? Vou citar  
498 um exemplo. Em algumas regiões e alguns municípios, as pessoas  
499 estão saturadas de licenciamento, de empreendimentos. Por exemplo,  
500 a região do quadrilátero ferrífero do estado, tem várias minerações  
501 que são vizinhas umas das outras. O programa, como eu vou explicar  
502 mais para a frente, ele tem que ser feito na área onde sofre os  
503 impactos ambientais diretos do empreendimento e, às vezes, mais de  
504 uma empresa, se pegar, por exemplo o Distrito Industrial. Uma área  
505 de distrito industrial, várias empresas vizinhas, a área de influência  
506 direta às vezes é parecida, talvez não seja exatamente o mesmo, mas  
507 vai sobrepor em alguns pontos. A gente recebia relatos, por exemplo,  
508 de um empreendedor que foi fazer um projeto de educação ambiental  
509 dentro de uma escola. Então, ele ia até a escola, era uma obrigação

510 do licenciamento ambiental, chegava na escola ‘Olha, eu posso fazer  
511 uma atividade com seus alunos de educação ambiental?’ ‘Ok.’  
512 Passava uma semana, chegava outro empreendedor na mesma  
513 escola e também ‘Olha, eu tenho uma obrigação que eu tenho que  
514 cumprir, que é uma exigência do licenciamento ambiental, eu tenho  
515 que fazer e eu queria fazer aqui na escola.’ A escola ‘Tudo bem,  
516 vamos fazer.’ Passava mais de um tempo, chegava um terceiro  
517 empreendedor na mesma escola e queria fazer educação ambiental.  
518 Chegava um ponto que o diretor da escola falava ‘Não, não tem como.  
519 Não tenho mais espaço para fazer ações de educação ambiental.’ O  
520 fato de você poder fazer um ‘consorciamento’, digamos assim, do  
521 programa de educação ambiental para gente é interessante, por quê?  
522 Primeiro, a gente entende que é mais efetivo, justamente por causa  
523 disso, às vezes, o público alvo é o mesmo público alvo de todos esses  
524 programas vizinhos e havia uma resistência muito grande, igual esse  
525 exemplo que eu citei da comunidade. Porque a comunidade não é  
526 obrigada a fazer educação ambiental se ela não quiser. Isso é um  
527 trabalho que o empreendedor tem que fazer junto à comunidade e  
528 também por questão de custo, gente. Na situação atual, que a  
529 economia do país está vivendo, se você puder ratear custos do  
530 programa de educação ambiental de duas ou mais empresas, a gente  
531 entende que é bom para o empreendedor, é bom para a comunidade,  
532 porque aí a comunidade... o empreendedor vai poder fazer um  
533 programa de educação ambiental muito melhor, porque se ele tiver  
534 juntando duas pessoas para ratear os custos pode fazer um programa  
535 melhor e é bom para o órgão ambiental também, porque vai poder  
536 precisar analisar apenas um programa de educação ambiental para  
537 dois empreendimentos ou mais. Então, existe uma economicidade em  
538 todo processo, para todo mundo que está participando disso. Isso foi  
539 um artigo que a gente inovou junto com a norma, a gente tem  
540 discutido isso muito com a FIEMG lá em Belo Horizonte. A FIEMG  
541 pede para a gente ‘me passa o nome de’... por exemplo, eu quero  
542 saber no município de Divinópolis quantas empresas precisam fazer o  
543 programa de educação ambiental de acordo com a lei 214. Só que  
544 esses dados, a gente não tem compilado, por quê? Todo mês entram  
545 processos novos de licenciamento na SUPRAM, então a gente teria  
546 que montar um banco de dados georreferenciado, porque não adianta  
547 falar com as empresas, porque eu tenho que saber se as áreas de  
548 influência direta se sobrepõem para que eles possam fazer um  
549 programa, então a gente já tem um projeto dentro da secretaria de  
550 tentar fazer o georreferenciamento de todos esses empreendimentos  
551 que são obrigados a fazer programa de educação ambiental e  
552 disponibilizar essa informação para o público, para que todo mundo

553 possa acompanhar e as empresas que tiverem interesse de se fazer  
554 uma parceria para fazer o programa de educação ambiental, ela vai  
555 ter conhecimento de quais são as empresas da região dela que têm a  
556 mesma obrigação. Outra inovação também da norma, isso aí foi uma  
557 contribuição do IEF. Quando a gente estava... eu falei, a norma  
558 demorou para ser construída porque a gente fez ela da forma mais  
559 participativa possível. A gente ouviu todas as SUPRAMs, a gente  
560 ouviu todos os órgãos do SISEMA, a gente fez várias reuniões com os  
561 Conselheiros do COPAM, da CNR – a Câmara Normativa Recursal,  
562 que é a câmara que aprova as normas, e o próprio CNR representa a  
563 sociedade como um todo, tem empresa no Poder Público e a  
564 sociedade civil. Então, a norma passou em três reuniões da CNR,  
565 havendo ser aprovada. Só que assim, fiquei muito satisfeito, porque  
566 ela foi construída participativamente, ela não foi feita somente pela  
567 Secretaria de Meio Ambiente e o IEF deu essa contribuição, que caso  
568 o empreendimento esteja localizado dentro ou na zona de  
569 amortecimento de unidade de conservação, o programa de educação  
570 ambiental deve ser elaborado em conformidade com o Plano de  
571 Manejo da unidade de conservação, se existir, e articular-se contra as  
572 ações ou programas de educação ambiental que já existirem, porque  
573 se a unidade de conservação já faz ações de educação ambiental, por  
574 que não somar forças? Sinergia do programa do empreendedor que  
575 afeta a unidade de conservação. E tratar de temas locais, como por  
576 exemplo, dentro da unidade de conservação alguns temas que são  
577 mais importantes, por exemplo, questão de combate a incêndio  
578 florestal, combate à caça predatória, dentre outros. Por que a gente  
579 pede que seja de acordo com a realidade local? Os programas, como  
580 eu falei, os programas que a gente estava recebendo antes da norma  
581 tinha uma qualidade muito baixa. Isso foi um diagnóstico que a gente  
582 fez e a maioria tinha uma qualidade muito baixa. Por quê? A  
583 educação ambiental, você tem que trabalhar de acordo com a  
584 realidade local. Não adianta falar para vocês, vou citar um exemplo  
585 aqui ‘Temos que preservam a Amazônia.’ Isso é um tema importante?  
586 Importantíssimo. Pode ser, isso é uma ação de educação ambiental?  
587 Se a gente falar lá, se eu fizer uma palestra para vocês aqui, falando  
588 sobre a Amazônia. Sim. Mas e os biomas do Estado de Minas Gerais?  
589 E a Mata Atlântica daqui? O Cerrado, a Caatinga que estão sendo  
590 destruídos? Adianta eu falar sobre ‘Vamos preservar o bioma  
591 Amazônia’ se a gente não está fazendo o nosso dever de casa de  
592 falar sobre a Mata Atlântica e o Cerrado, por exemplo. Isso é o que  
593 estava acontecendo nos programas de educação ambiental. As  
594 propostas que estavam chegando para a gente no órgão estavam  
595 descasadas com a realidade. Desconexas. Por quê? Às vezes uma

596 comunidade que tem problema gravíssimo de saneamento básico,  
597 com esgoto a céu aberto, uma questão ambiental importantíssima, a  
598 gente estava discutindo sobre as questões. Eu gosto de citar um  
599 exemplo assim, meio exagerado, mas é 'Vamos preservar o urso polar  
600 que está em extinção. Que as calotas polares estão degelando e tal.'  
601 É importante a gente lutar pela preservação dos polos? Claro que é,  
602 mas o que a pessoa, que mora em uma comunidade, que tem  
603 problemas gravíssimos de saneamento, qual que é conexão dela com  
604 essa questão de preservar os polos, se na comunidade que ela  
605 vive, ela tem outros problemas ambientais gravíssimos? Então, uma  
606 coisa que a norma que a gente... uma diretriz que a gente tem é, o  
607 Programa de Educação Ambiental, ele tem que ser casado com a  
608 realidade local. Outra questão também, muito importante. Educação  
609 ambiental, ela se divide em formal e não formal. Por quê? Educação  
610 ambiental, ela é uma pasta, a competência dela é dividida entre as  
611 Secretarias de Educação e a Secretaria de Meio Ambiente . Isso em  
612 todos os níveis da Federação, desde a União, estados e municípios.  
613 No nível do MEC, das Secretarias Estaduais e Municipais de  
614 Educação, a responsabilidade deles é com ter educação formal. O  
615 que é isso? Educação realizada dentro do âmbito currículo escolar. O  
616 projeto político pedagógico da escola tem que prever ações de  
617 educação ambiental. Educação ambiental não é uma disciplina, é uma  
618 outra mudança de pensamento que eu tive, antes de eu começar a  
619 trabalhar com educação ambiental, eu sempre achava que educação  
620 ambiental tinha que ser uma disciplina na escola, porque eu acho tão  
621 importante a educação ambiental, que eu acho que tinha que ser uma  
622 disciplina. Educação ambiental é transdisciplinar, ela permeia todas as  
623 áreas de conhecimento. Por isso, a Política Nacional de Educação  
624 Ambiental fala que, expressamente, não pode ser uma disciplina  
625 específica, a não ser nos cursos de pós-graduação. Se eu quiser uma  
626 especialização, mestrado ou doutorado em educação ambiental, eu  
627 posso, mas dentro do ensino fundamental, por exemplo, a legislação  
628 fala que não pode ser uma disciplina específica. Isso é um ponto que  
629 sempre dá polêmica ainda, algumas pessoas ainda acham que deve  
630 ser, outras não. Então, dentro dos próprios profissionais da área, não  
631 existe nenhum consenso sobre isso, mas a legislação fala que não  
632 pode ser uma disciplina específica. E o que a gente estava  
633 percebendo quando a gente estava analisando os programas de  
634 educação ambiental que o empreendedor entregava? Não vou falar  
635 que era 100%, mas a grande maioria trabalhava somente dentro da  
636 escola. Por quê? Educação ambiental, você tratar diferente das outras  
637 áreas ambientais, é uma área do meio socioeconômico. A gente  
638 trabalha com meio físico, biótico e socioeconômico. A educação



639 ambiental, a gente faz com pessoas. É diferente, por exemplo, de eu  
640 falar de um programa de resgate de fauna, você está trabalhando com  
641 a fauna. A fauna não vai reclamar se ela está sendo resgatada ou  
642 não. Com essa população que tem direito a voz. E, o que a gente  
643 percebeu? Era muito mais fácil para as empresas, para os  
644 empreendedores em geral, porque órgão público também  
645 empreendedor, para os empreendedores em geral, trabalhar na  
646 escola. Primeiro, uma etapa da educação ambiental é mobilização. Eu  
647 preciso trazer vocês aqui para que eu faça algum projeto de educação  
648 ambiental, porque se esse auditório estiver vazio, eu não faço  
649 educação ambiental, porque eu faço com seres humanos. Diferente  
650 dos outros meios, igual eu expliquei. Segundo, a gente trabalha com  
651 educação ambiental crítica e transformadora. Igual eu falei, a questão  
652 do adestramento ambiental, eu posso ensinar vocês a falar 'Feche a  
653 torneira para escovar os dentes.' Vocês podem fechar sem saber o  
654 porquê vocês estão fechando. Isso não é educação ambiental. Eu  
655 tenho que explicar a importância do porquê você está fazendo aquilo,  
656 para que você sensibilize com essa informação e você mude seus  
657 hábitos e atitudes. É o conceito de educação ambiental que eu  
658 apresentei mais para frente. E outra coisa, eu preciso de um espaço,  
659 certo? Já que a gente vai trabalhar com pessoas, aonde nós vamos  
660 nos reunir? Hoje, fazendo um programa de diálogos na reunião aqui  
661 do COPAM, então eu aproveitei a própria estrutura do COPAM. Eu  
662 não precisei correr atrás de um local para fazer o programa Diálogos  
663 com o SISEMA. E a gente percebe que a escola é um meio mais fácil.  
664 Por quê? Primeiro, você vai trabalhar com estudantes, a maioria deles  
665 crianças e jovens, a maioria dos programas eram com crianças.  
666 Crianças ainda não têm um senso crítico muito apurado, se eu vou  
667 trabalhar com educação ambiental com criança, geralmente, tudo que  
668 eu for falar para ela, ela vai aceitar como verdade. Segundo, eu não  
669 preciso mobilizar. As crianças já estão dentro do ambiente escolar, eu  
670 não tenho que fazer o trabalho de mobilização, de trazer elas para um  
671 auditório aqui na UEMG, elas já vão estar lá, por causa que elas têm  
672 que assistir à aula. E terceiro, porque eu não consigo correr atrás do  
673 espaço, o espaço já é o ambiente escolar que eu vou fazer minhas  
674 ações de educação ambiental. Então, a gente percebe que a grande  
675 maioria dos programas de educação ambiental antigamente eram  
676 exclusivamente nas escolas. E aí, quando eu cheguei lá no setor, eu  
677 falei 'Mas e o adulto? O adulto não merece educação ambiental?' E a  
678 resposta que eu tinha era 'Não, porque você vai educar criança, a  
679 criança vai para a casa dela e a criança vai educar os pais.' Porque se  
680 a criança vê o pai jogar o lixo no chão, ela vai falar 'Pai, não pode  
681 jogar o lixo no chão, porque eu aprendi na escola.' Ok, é uma

682 justificativa, mas não é uma justificativa satisfatória. O adulto também  
683 merece trabalhar a educação ambiental. A educação ambiental é para  
684 todos. No âmbito do licenciamento ambiental, a educação ambiental é  
685 uma medida compensatória dos impactos causados pelo  
686 empreendimento e eu causo impacto nas crianças e no adulto. Então,  
687 o adulto também merece ser objeto, ele é público alvo do programa  
688 de educação ambiental. Por isso que a gente falou o seguinte, hoje,  
689 se chegar um programa de educação ambiental nas SUPRAMs que  
690 só têm projetos, igual eu falei, programa é um conjunto de projetos,  
691 somente na escola, ele provavelmente não vai ser aceito, ok? Pode  
692 passar. Onde eu devo fazer educação ambiental? É importante, eu já  
693 adiantei. É dentro da área de influência direta do meio  
694 socioeconômico do empreendimento 'André, como eu descubro qual é  
695 o meio, qual é a área de influência direta do empreendimento?' aí vem  
696 na próxima pergunta: Quem é obrigatório a fazer o programa de  
697 educação ambiental? São todos aqueles processos de licenciamento  
698 que forem passíveis de sub-relatório de impacto ambiental EIA /  
699 RIMA, então para os empreendedores aqui presentes 'O seu processo  
700 tem EIA / RIMA?' 'Sim.' 'Eu sou obrigado a fazer o programa de  
701 educação ambiental?' 'Sim.' Outra pergunta, que é o inverso, já chega  
702 para a gente a seguinte pergunta, tem casos de licenciamento que  
703 não são passíveis de EIA / RIMA, são passíveis de Relatório de  
704 Controle Ambiental, que é o RCA 'Mas eu quero fazer programa de  
705 ambiental.' 'Eu quero fazer o programa de educação ambiental, eu  
706 posso?' 'Sim.', a norma não proíbe aqueles processos de  
707 licenciamento que não são EIA / RIMA que queiram voluntariamente  
708 fazer o programa de educação ambiental, mas geralmente quem tem  
709 EIA / RIMA tem que fazer. 'Mas como eu descubro minha área de  
710 influência direta?' Essa área de influência direta é delimitada dentro  
711 do próprio EIA / RIMA então, você vai usar o mesmo EIA / RIMA,  
712 mesma área, e curiosamente, depois que a norma entrou em vigor,  
713 porque a gente começou a exigir, olha o que a gente descobriu, tem  
714 vários processos que a consultoria, ou o empreendedor colocava no  
715 EIA / RIMA que a área de influência direta era o município inteiro.  
716 Pegando exemplo aqui de Divinópolis, às vezes, eu tenho uma  
717 empresa, não precisa ser nem no centro, pode ser na periferia, na  
718 região... no limite urbano/município, que é passível de EIA / RIMA no  
719 licenciamento dela, então ela é obrigada a fazer o programa de  
720 educação ambiental e quando ia fazer educação ambiental, falava lá  
721 que a área de influência direta dela era o município inteiro. Imagina  
722 uma empresa fazer educação ambiental no município como um todo?  
723 Então, uma curiosidade, é que a gente acabou descobrindo que tinha  
724 muito EIA / RIMA que tinha superdimensionado a área de influência

725 direta. Pessoal, eu acabei que eu não combinei com vocês, sintam-se  
726 à vontade para fazer perguntas durante a apresentação. Se vocês  
727 quiserem deixar para o final, ótimo, mas se quiserem interromper  
728 durante a apresentação, também não tem problema nenhum. Aí, outra  
729 questão. Vamos supor que eu tenho um empreendimento que ele tem  
730 EIA / RIMA no processo de licenciamento ambiental dele, só que eu  
731 estou no meio área rural e a comunidade mais próxima está a  
732 quilômetros de distância e não sofre impacto direto do  
733 empreendimento. Sofre indireto, mas não sofre direto. Aí 'eu tenho  
734 que fazer o programa de educação ambiental?' Aí entra o bom-senso,  
735 pessoal. Igual eu falei, a educação ambiental você faz com seres  
736 humanos, se não houverem seres humanos você vai fazer educação  
737 ambiental com quem? Então, na norma, ela prevê o seguinte, existem  
738 os casos de possibilidade de o empreendedor pedir a dispensa do  
739 programa. O empreendedor pode, em virtude das características do  
740 empreendimento, ele faz um ofício para a SUPRAM solicitando a  
741 dispensa do EIA / RIMA com justificativa técnica. Não pode ser  
742 justificativa econômica 'Eu não tenho dinheiro para fazer o programa',  
743 mas se ele apresentar, igual esse exemplo que eu citei, estou em uma  
744 área rural, não tem nenhuma comunidade próxima, não sofre impacto  
745 direto do meu empreendimento, então não precisa fazer. Ele justifica  
746 isso, apresenta à SUPRAM, a SUPRAM vai avaliar e a SUPRAM pode  
747 ou não fazer a dispensa do programa. Não está dispensando do EIA /  
748 RIMA, tá, está dispensando do programa e a recíproca é verdadeira,  
749 pode acontecer o inverso. Pode acontecer de um processo de  
750 licenciamento, que o empreendimento apresentou um Relatório de  
751 Controle Ambiental, então a princípio ele não precisa do programa de  
752 educação ambiental, só que pelas características do empreendimento,  
753 pelos impactos que ele causa, pelos grupos sociais que vivem na área  
754 de influência direta do empreendimento, a SUPRAM pode entender  
755 que é necessário um programa de educação ambiental e vai pedir  
756 isso como informação complementar para o empreendedor. Então  
757 existem as duas hipóteses: de ser obrigado e ser dispensado, ou  
758 aquele caso que ele não era obrigado a fazer e mesmo assim o órgão  
759 ambiental pode exigir. 'Quanto tempo que eu tenho que fazer a  
760 educação ambiental?' Enquanto seu empreendimento existir. O  
761 programa começa a ser executado logo no início da implantação do  
762 empreendimento e ele vai durar enquanto o empreendimento estiver  
763 operando. Existem algumas situações, eu vou pegar um exemplo para  
764 vocês, loteamento urbano. O loteamento não tem a fase de  
765 licenciamento de revalidação da Licença de Operação. Então, vamos  
766 pegar esse exemplo, o programa de educação ambiental em um  
767 loteamento. Ele passa por todas as fases de licenciamento, Licença

768 Prévia, de Instalação, de Operação, mas ele não passa pela  
769 revalidação. Quando que ele vai ter que fazer o programa de  
770 educação ambiental? Enquanto houver processo de licenciamento.  
771 Significa que o loteamento vai durar, pode durar *ad eternum*, por  
772 exemplo, mas ele só vai fazer educação ambiental enquanto ele tiver  
773 processo de licenciamento, salvo essas situações nesses casos  
774 excepcionais. Educação ambiental enquanto o empreendimento  
775 estiver operando, ele tem que fazer o programa de educação  
776 ambiental. E qualquer alteração que ele for feito dentro do programa,  
777 tem que ser aprovado pelo órgão licenciador. 'Para quem que eu faço  
778 o programa de educação ambiental?' Primeiro, para o público externo  
779 e público interno. Quem é o público externo? São as comunidades  
780 localizadas na área sujeita aos impactos ambientais diretos da  
781 implantação à operação do empreendimento, ou seja, o público da  
782 área de influência direta do empreendimento. Entra naquilo que eu  
783 falei 'Ah é na escola?' Na escola mais os adultos, porque algumas  
784 vezes as pessoas confundem, entendem que não tem que fazer na  
785 escola. Não. 'Pode fazer na escola?' Pode. Mas somente na escola?  
786 Não. Você faz na escola e também faz para o público adulto. E para o  
787 público interno, são os trabalhadores próprios de empresas  
788 contratadas que atuam dentro do empreendimento. Aí o pessoal fala  
789 'Ah mas eu tenho um funcionário aqui, que ele é terceirizado. Ele  
790 trabalha aqui no meu empreendimento. Ele é público alvo do  
791 programa de educação ambiental?' Aí, a pergunta que eu faço é 'Ele  
792 trabalha aí de segunda a sexta de 08h às 18h?', ' Sim.', 'Então ele  
793 sofre impacto do empreendimento, ele tem que fazer.' 'ah ele é um  
794 colaborador eventual. Ele vai na minha empresa uma vez por mês. Eu  
795 tenho que fazer educação ambiental com ele?' Não, ele é um  
796 eventual, mas aquele trabalhador que está todos os dias na empresa,  
797 para a gente do órgão ambiental pouco importa o vínculo  
798 empregatício que ele tem com o empregado, ele não sofre impacto  
799 ambiental da mesma forma? Então ele tem que passar pelo processo  
800 de educação ambiental, não importa o vínculo de trabalho, pode ser  
801 um estagiário, porque o estagiário não tem vínculo trabalhista, mas se  
802 ele fica todos os dias da semana na empresa, no empreendimento,  
803 então ele também tem que ser alvo, ele é público interno do programa  
804 de educação ambiental. Outra coisa interessantíssima que a gente  
805 descobriu com os novos programas. Muitos trabalhadores não  
806 conhecem o meio ambiente da sua empresa, que é uma coisa  
807 importante. Eu sou contratado por uma empresa, talvez seja para  
808 apertar um parafuso. O que eu sei da minha empresa é só aquilo. Eu  
809 não sei se a minha empresa trata esgoto, eu não sei se a minha  
810 empresa manda o lixo para uma destinação ambientalmente

811 adequada, eu não sei se tem um filtro na minha chaminé, porque o  
812 trabalhador da empresa não conhece a própria empresa, ele só  
813 conhece aquele pedacinho dentro do setor que ele trabalha e isso foi  
814 diagnosticado, porque a partir do momento que você começou a fazer  
815 programa de educação ambiental para os trabalhadores, ele começou  
816 a entender quais são os impactos ambientais que o empreendimento  
817 que ele trabalha produz. Então, isso é muito interessante e isso é bom  
818 para a própria empresa, a partir do momento que o trabalhador  
819 entende, ele vai poder ajudar a colaborar na mitigação dos impactos  
820 ambientais. Outra vantagem dessa norma, igual eu falei, a norma  
821 anterior, a única coisa que ela tinha era o Termo de Referência. Qual  
822 foi a vantagem dessa norma? Ela deixa muito claro, gente. Qual é a  
823 regra do jogo? Para mim, como órgão ambiental, poder exigir alguma  
824 coisa do empreendedor, se o empreendedor conhece a regra do jogo  
825 desde o início, é mais fácil para mim e é mais fácil para o  
826 empreendedor. É mais fácil para o empreendedor, porque ele sabe o  
827 que ele tem que fazer. É mais fácil para mim, como órgão ambiental  
828 poder cobrar, porque não sou eu que estou cobrando, é uma norma  
829 aprovada pelo conselho. Uma vantagem dessa norma, é que ela  
830 define muito bem o que cada um tem que fazer de educação  
831 ambiental em cada etapa do licenciamento. Por exemplo, na Licença  
832 Prévia, a única coisa que ele vai fazer é um escopo. Aí você me  
833 pergunta 'André, o que é escopo?' Tem no anexo I da norma, tem um  
834 Termo de Referência para a elaboração do programa. É praticamente  
835 uma receita de bolo, o que você tem que escrever lá para fazer o  
836 programa. E lá fala o que tem que ser apresentado no escopo. É  
837 muito simples nessa fase de Licença Prévia, é um trabalho de  
838 escritório diferente da próxima fase. Uma vez que a empresa recebe a  
839 Licença Prévia, a próxima etapa é a Licença de Instalação, só que  
840 para eu fazer o programa de educação ambiental, para mim, o  
841 coração da norma está naquilo ali, Diagnóstico Socioambiental  
842 Participativo. 'O que é isso, André Diagnóstico Socioambiental  
843 Participativo?' É aquilo ali, o que acontecia muitas vezes? O  
844 empreendedor, junto com sua consultoria para apresentar o programa  
845 educacional no órgão. Ia lá 'André, você faz programa de educação  
846 ambiental para mim?', 'Faço.' Ia no meu escritório, escrevia lá 'Tem  
847 que fazer isso, um projeto de coleta seletiva, um projeto de  
848 recuperação de matas ciliares e tal' e mandava para o órgão  
849 ambiental, o órgão ambiental aprovava. Como eu falei no início, as  
850 comunidades, o público alvo, tirando os trabalhadores, porque  
851 trabalhador, acredito que ele vai participar, se for necessário, mas as  
852 comunidades não têm obrigação nenhuma de participar de reunião,  
853 de mobilizar, fim de semana, durante a semana à noite para fazer

854 educação ambiental. E aí, esse ponto, entra a questão  
855 importantíssima que é o relacionamento que a empresa tem na  
856 comunidade. Quando a gente começou a exigir isso aqui das  
857 empresas, como que funciona esse diagnóstico? Funciona o seguinte,  
858 que, igual eu falei, a educação ambiental vai ser de acordo com a  
859 realidade local. Eu não posso falar da Amazônia 'Preserve a  
860 Amazônia', sendo que a gente não está preservando a Mata Atlântica.  
861 Não sei se todo mundo está de acordo, não é? Porque aqui em Minas  
862 Gerais, a gente não tem o bioma Amazônia. Aí eu fazia um programa,  
863 aprovava pelo órgão ambiental, chegava para executar na  
864 comunidade, a comunidade 'Agora eu sou obrigado pelo  
865 licenciamento a fazer educação ambiental com vocês. Vocês têm que  
866 fazer essa oficina aqui, de... uma oficina de reciclagem.' Aí falavam  
867 'Não. Não tenho interesse. Isso não me interessa.' A empresa então  
868 não fazia, a comunidade ficava sem educação ambiental, o  
869 empreendedor, o mais importante, gastava dinheiro, porque também  
870 não adianta fazer programa de baixa qualidade. Gente, o barato sai  
871 caro, se você está fazendo um programa mais barato e ele não teve  
872 utilidade zero, porque, também fazer programa para inglês ver, o  
873 empreendedor está jogando dinheiro fora e eu acho que nenhum  
874 empreendedor quer fazer isso. Qual é essa metodologia desse  
875 diagnóstico socioparticipativo? Você vai mobilizar sua comunidade,  
876 você vai sentar com ela, fazer um diagnóstico da realidade local e a  
877 partir daí você vai ver quais são as principais questões ambientais da  
878 comunidade, desenhar junto com ela, fazer um programa, você vai  
879 escrever o programa, depois você vai fazer uma devolutiva para a  
880 comunidade, para falar 'Comunidade, aqui, olha...', vamos supor que  
881 vocês são a comunidade, eu sou a empresa, certo? O empreendedor.  
882 'Eu chamei vocês aqui hoje para a gente fazer um diagnóstico com  
883 um problema aqui da região. Vocês levantaram uma série de  
884 problemas, aí eu vou pegar esse diagnóstico que eu fiz com vocês,  
885 vou para o escritório e aí eu, como especialista em educação  
886 ambiental vou fazer um programa da área técnica, quer dizer, vocês  
887 não são técnicos em educação ambiental. Eu vou fazer um programa,  
888 trazer e fazer uma devolutiva para ver se vocês estão de acordo com  
889 aquilo.' A partir do momento que a comunidade participa da  
890 construção, no dia que você precisar executar o programa de  
891 educação ambiental, a comunidade vai participar, que era o problema  
892 que a gente tinha anteriormente, baixa adesão da comunidade.  
893 Porque ela não tinha interesse, a proposta que chegava para ela era  
894 uma coisa que ela não tinha interesse nenhum, 'para que eu vou  
895 participar?'. E faz a devolutiva. E outra coisa interessantíssima, a  
896 norma não fala, essa etapa aqui que eu estou mostrando aqui pra

897 vocês, que é aquele círculo PDCA, isso que a gente aprende em  
898 estatística, Planejar, Fazer, Agir e Rodar para ver se está sendo feito  
899 de forma adequada. Tem, já chegou para mim casos, assim, que a  
900 empresa não faz a devolutiva para comunidade, porque a devolutiva é  
901 o importante. Eu colhi as informações solicitantes, escrevi sozinho, só  
902 que eu não mostrei para vocês o que eu fiz. Aí, quando a gente  
903 pergunta alguns casos, para os consultores, para as empresas 'Mas  
904 por que você não fez a devolutiva?', 'Não está escrito aqui na norma  
905 que eu tenho que fazer.' Gente, para a gente do órgão ambiental, era  
906 uma coisa meio óbvia, só que às vezes você tem que escrever o óbvio  
907 e a norma não estava escrito isso. Aí, agora o que a gente está  
908 fazendo? Lembram daquele documento de Instrução de Serviço que a  
909 gente faz para orientar os técnicos? Hoje a gente está na etapa de  
910 revisão, porque eu acredito que sempre podemos melhorar. A gente  
911 faz, tem dois anos que a norma está pronta, em abril a gente fez um  
912 evento de três dias, juntou todos os técnicos da SUPRAM, juntou  
913 empresas, juntou consultores para discutir a norma, se ela pegou ou  
914 não, porque tem muita legislação que é legislação de gaveta, não é?  
915 Aprova legislação, mas não pega, ninguém cumpre e fica na gaveta.  
916 Essa pegou, só que ela não chegou ainda, depois de dois anos eu  
917 fiquei um pouquinho decepcionado por um lado, porque eu achei que  
918 a gente já tinha chegado em um nível muito maior de maturidade e eu  
919 estou vendo que a gente ainda precisa chegar, por isso que eventos  
920 como esse, eu fico muito feliz de participar, porque eu tenho  
921 oportunidade de passar para vocês toda essa questão. E não fazia a  
922 devolutiva, porque não estava escrito, agora a gente vai ter que  
923 começar a escrever tudo aquilo que para a gente entende que deveria  
924 ser feito. Então, e essa devolutiva, esse diagnóstico existe dentro da  
925 academia técnica para se fazer esse diagnóstico. Não é chegar lá,  
926 reuni como vocês aqui e sair perguntando 'Gente, o que vocês  
927 querem? Qual é o problema?' Aí todo mundo levanta, existe  
928 metodologia científica, são ferramentas participativas para fazer esse  
929 bom diagnóstico e esse diagnóstico também tem que ser entregue ao  
930 órgão ambiental, porque a gente quer saber, porque esse diagnóstico,  
931 ele é a base para vocês escreverem o projeto executivo do programa.  
932 Lembram que na primeira etapa vocês só fazem um escopo? Esse  
933 escopo não precisa fazer com a comunidade, não. É no escritório  
934 mesmo, na Licença Prévia. Depois que você tem a Licença Prévia que  
935 você vai fazer o diagnóstico. Aí, outro fato curioso, eu também fui  
936 técnico do licenciamento durante muitos anos. Desde que eu me  
937 entendo por gente, no licenciamento você faz um diagnóstico em fase  
938 prévia. Qualquer diagnóstico. Aí quando o pessoal vem falando 'Eu  
939 vou fazer o diagnóstico depois que eu conseguir a Licença Prévia' eu



940 falei 'Gente, mas isso vai contra tudo que eu aprendi no  
941 licenciamento. O diagnóstico você faz na fase prévia.' Por que a gente  
942 faz depois da Licença Prévia? Alguém tem alguma ideia? Exato,  
943 resposta correta. A Licença Prévia pode não ser aprovada. Imagina eu  
944 chegar para vocês, vocês são a comunidade, eu chamo todo mundo  
945 para sair das suas casas, prometo mundos e fundos, né, 'Não, a  
946 gente vai fazer educação ambiental com vocês' e aí apresento para o  
947 órgão ambiental na Licença Prévia e a Licença Prévia não é  
948 aprovada. Olha que banho de água fria que eu estou dando em vocês.  
949 Depois, como que eu volto para vocês e falo que não vou fazer? Se  
950 isso acontecer uma vez, a comunidade nunca mais vai acreditar que,  
951 vai chegar outra empresa, vai falar a mesma coisa e vai cair no  
952 descrédito. Só que ainda tem um outro fator também, que é o fator  
953 tempo. Entre uma fase de licença e a outra, entre a Licença Prévia e a  
954 Licença de Instalação, lembra que eu falei para vocês? Quando eu  
955 começo a executar o programa de educação ambiental? Depois que  
956 eu computei a LI, quando eu começar as obras do empreendimento.  
957 Às vezes, entre a formalização da Licença Prévia e o início das obras  
958 do empreendimento pode demorar anos. Imagina eu fazer com vocês  
959 um diagnóstico na formalização da LP, crio uma expectativa enorme  
960 'Vai ter educação ambiental aqui na região, com vocês' vai demorar  
961 anos, ninguém mais... no dia que eu chegar, voltar 'Gente, vamos  
962 fazer aquele programa que a gente combinou?' Ninguém mais vai  
963 acreditar 'Eu nem lembrava mais que existia isso.' Então, quando  
964 você faz o diagnóstico socioparticipativo, você cria uma expectativa  
965 enorme na comunidade, por isso que a gente entendeu por bem, fazer  
966 isso depois que a Licença Prévia está concedida, no caso, porque aí  
967 eu teria, o empreendedor teria mais segurança de ele ter a viabilidade  
968 do empreendimento dele e não teria esse lapso temporal tão grande,  
969 entre fazer o diagnóstico e executar ele na prática. Então, na LI o  
970 empreendedor faz o projeto executivo, porque ele só tinha um escopo  
971 fase anterior, baseado nas informações do diagnóstico. Uma vez  
972 obtida a LI, o empreendedor começa a executar o programa durante a  
973 fase de instalação, nessa fase outra inovação da norma, que para  
974 mim foi uma vantagem para todo mundo. Antes da norma, não existia  
975 uma padronização de monitoramento e avaliação. O empreendedor  
976 tem que apresentar relatórios, como está sendo feito o programa, se  
977 está sendo feito da forma correta, teve algum problema durante? Só  
978 que o que acontece? O órgão ambiental, somos 09 regionais, cada  
979 regional pedia de um jeito. Tinha regional que pedia um relatório por  
980 ano, tinha regional que pedia relatório trimestral, não tinha uma  
981 padronização de relatório, então cada empresa entregava relatório de  
982 uma forma diferente. Uma coisa que a norma inovou foi a seguinte, foi

983 criar esse formulário e esse relatório. O formulário é semestral e o  
984 relatório é anual. O formulário semestral está disponível no anexo II  
985 da norma, é um formulário muito sucinto que a empresa apresenta. É  
986 praticamente um *checklist*, pergunta se o programa está sendo feito,  
987 quais foram os problemas, quais foram os dados apresentados, mas  
988 ele é muito simples de preencher. Então, no primeiro semestre eu vou  
989 fazer o relatório... o formulário e no final ano, eu vou fazer um relatório  
990 completo. O que é um relatório completo? Com foto, lista de presença,  
991 análise, indicador, documentação comprobatória. Então, uma vez por  
992 ano faz um relatório e a cada semestre faz um formulário. Uma  
993 pergunta muito comum. O formulário é semestral e o relatório é anual.  
994 Tinha gente que entendia o seguinte, olha 'O primeiro semestre eu fiz  
995 o formulário. Aí no final do ano eu faço o relatório. Mas o formulário é  
996 semestral, eu tenho que apresentar todo semestre?' Não, depois que  
997 a gente fez, que ficou... a gente viu que não ficou um bom nome. O  
998 relatório é muito mais completo que o formulário, não faz sentido  
999 entregar o formulário e o relatório junto, porque o relatório é muito  
1000 maior, então é alternado: um mês eu faço o formulário, outro mês eu  
1001 faço o relatório. Só que por causa do nome dele, Relatório Semestral,  
1002 entende que todo semestre tinha que fazer e ele casava com a época  
1003 de entregar o relatório, então, só para esclarecer, até pelo bom senso,  
1004 o relatório já é maior que o formulário, não precisa entregar os dois  
1005 juntos. Aí chegou, acabou as obras do empreendimento, aí a gente  
1006 vai para a fase de Licença de Operação, certo? O que eu apresento?  
1007 Eu vou apresentar um relatório consolidado de tudo que eu fiz durante  
1008 a fase de implantação, para saber se foi feito, ou não. E, uma vez  
1009 obtida a Licença de Instalação, eu vou começar, vou continuar a  
1010 executar o programa, lembra que eu falei com vocês que o programa  
1011 é contínuo? Enquanto o empreendimento estiver operando eu tenho  
1012 que fazer educação ambiental? Então eu vou continuar executando o  
1013 programa enquanto o empreendimento existir. E, para aqueles  
1014 empreendimentos que tem revalidação, toda licença ambiental tem  
1015 validade. Hoje, uma Licença de Operação, salvo engano, tem validade  
1016 de até dez anos. O que a gente colocou na norma? Que tem que fazer  
1017 um novo diagnóstico. Eu falei 'De novo fazer o diagnóstico por quê?'  
1018 Vocês concordam comigo que em dez anos pode mudar muito a  
1019 realidade local? Até a própria comunidade pode mudar, às vezes, um  
1020 bairro cresceu, apareceu um distrito novo, ou, às vezes, os problemas  
1021 ambientais são diferentes daqueles que eram atrás, lembrando que há  
1022 dez anos após a concessão da LO, se eu pensar que eu fiz o primeiro  
1023 diagnóstico antes da fase da LI, a diferença de tempo entre um  
1024 diagnóstico e de outro é muito mais de dez anos. Aí, pessoal, só uns  
1025 casos, umas situações particulares. 'Eu já tenho um empreendimento

1026 que já tem licença ambiental. Às vezes, tinha licença ambiental até  
1027 antes da norma existir e agora 'Eu vou ampliar ele. O que eu preciso  
1028 fazer?' Vamos lá. Tem duas situações, seu empreendimento já tinha  
1029 programa de educação ambiental antes? Sim ou não? Vamos pegar a  
1030 primeira situação, já tinha o programa de educação ambiental. O que  
1031 eu vou fazer? Lembra que eu falei que você só vai atualizar o  
1032 programa de educação ambiental, porque o programa é do  
1033 empreendimento, não é do processo. O empreendimento pode ter  
1034 vários processos, eu não vou fazer um programa diferente para cada  
1035 processo, é o mesmo programa. Então, eu vou pegar o programa que  
1036 eu já tinha e eu vou atualizar ele. Se eu estou ampliando ou  
1037 modificando, pode ter novos impactos ambientais, então eu vou fazer  
1038 um novo e aí eu começo de novo, desde aquele escopo, eu vou fazer,  
1039 no caso, como já está operando não vai ter o escopo, mas você tem  
1040 que fazer um novo diagnóstico, ele vai ter novos impactos e aí  
1041 apresenta um programa revisado por órgão ambiental. Agora, vamos  
1042 supor a situação que eu tinha um empreendimento que estava  
1043 operando, mas ele não tinha programa de educação ambiental, por  
1044 vários motivos, por exemplo, ele era anterior à norma. A norma só tem  
1045 dois anos. Às vezes, ele não era obrigado a fazer, mas hoje é. Como  
1046 que eu faço nessa situação? Quem não tinha programa anteriormente  
1047 aprovado pelo órgão, ele vai ter que fazer um programa para o  
1048 empreendimento todo que já existe mais ampliação e começar desde  
1049 o início, desde o DSP. DSP e Projeto Executivo. Não vai fazer o  
1050 escopo porque o escopo já passou, porque você já está fazendo o  
1051 projeto executivo de uma vez. Então, você vai fazer DSP mais Projeto  
1052 Executivo. E existem aquelas outras situações, licenciamento  
1053 concomitante ou corretivo. O concomitante é aquele licenciamento  
1054 que você pega... o licenciamento são três fases: você pode ter duas  
1055 ou três fases em um único processo e o corretivo é aquele  
1056 empreendimento que não passou pelo processo de licenciamento e,  
1057 às vezes, ele já está em implantação ou operação, então ele vai ter  
1058 que fazer as etapas anteriores da licença. O que eu apresento nesse  
1059 programa? Tudo que (trecho incompreensível) [01:22:49] já concluiu  
1060 etapas, ele teve que fazer tudo que ele não fez nas etapas anteriores.  
1061 Pessoal, vocês conseguem me ouvir sem microfone? Alguma dúvida  
1062 até aqui? Não? A avaliação de acompanhamento eu já (trecho  
1063 incompreensível) [01:23:21] com vocês, antigamente não havia uma  
1064 padronização. Cada SUPRAM pedia um tipo diferente. O relatório  
1065 pedia frequências diferentes, bimestral, semestral, anual. Muito bem,  
1066 pessoal, sobre a avaliação de acompanhamento. Como eu já disse,  
1067 não havia uma padronização dentro das regionais do órgão ambiental,  
1068 então cada uma pedia de um jeito diferente. E aí a gente criou esse

1069 formulário e criou esse relatório. O que tem no formulário? O  
1070 formulário é o modelo que está no anexo II e o relatório está no anexo  
1071 I, que é o Termo de Referência, como fazer. Então a gente  
1072 padronizou. É muito melhor para o empreendedor, que ele sabe o que  
1073 ele tem que fazer e muito melhor para o órgão ambiental, que aí todo  
1074 mundo pensa de forma uniforme. Alterações do programa, eu também  
1075 já falei. Qualquer alteração do programa, revisão, complementação,  
1076 atualização tem que ser previamente comunicadas e aprovadas pelo  
1077 órgão ambiental antes da execução. Acontece gente, de, às vezes,  
1078 por exemplo, eu propor um projeto que faz parte do programa e esse  
1079 projeto não teve efetividade. A educação ambiental, ela é dinâmica.  
1080 Não significa que eu aprovei o programa, que ele é imutável. Se eu  
1081 aprovei, executei e não obtive o resultado que eu queria e essas  
1082 perguntas são feitas no formulário. Teve efetividade? Se não teve, o  
1083 empreendedor pode propor alterações no programa? Não pode como  
1084 deve, é aquilo que eu falei, fazer um programa só para inglês ver. O  
1085 projeto é muito bonito no papel, na prática, por algum motivo não deu  
1086 certo, propõe alteração do projeto ao longo da fase de licenciamento.  
1087 Ou 'Ah surgiu uma novidade que eu queria fazer educação ambiental,  
1088 mas não foi aprovado pelo órgão. Agora eu não vou fazer porque o  
1089 órgão não aprovou, porque não estava previsto.' Só prever, apresenta  
1090 qualquer alteração do órgão, seja um caso de ampliação, modificação,  
1091 ou por iniciativa do empreendedor mesmo. Pode ser feita a revisão do  
1092 programa a qualquer momento, desde que seja aprovado pelo órgão  
1093 ambiental previamente. O empreendedor também começar a fazer  
1094 programa, chegando ao órgão ambiental, o órgão ambiental fala  
1095 'Olha, o órgão não aprovou o programa dessa forma, você está  
1096 fazendo diferente do que foi aprovado, e para não dá algum  
1097 problema.'" Não se identificou: "Legal o que você falou até aqui. Eu  
1098 também tenho esse conceito do órgão, tem que ser dito (trecho  
1099 incompreensível) [01:26:14] é legal. Outra coisa é a questão da  
1100 inclusão do adulto. A gente vê só nas escolas e o adulto fica fora.  
1101 Então, a gente está fazendo o mesmo, querendo coisas diferentes.  
1102 Então mudanças de conceitos pode trazer alternativas, outra coisa  
1103 legal é a ação de poder fazer consórcio das empresas, podendo  
1104 reduzir custos e fazer uma situação mais efetiva. Também achei  
1105 interessante. O que eu não ouvi falar até agora é a ação, que dentro  
1106 do PDCA, é a parte de controle, (trecho incompreensível), não só a  
1107 parte de educação, da cobrança, para você ter um exemplo, oficinas e  
1108 lava-jato, algumas pelo tamanho e porte não são passíveis de  
1109 licenciamento. Uma gota de óleo contamina mil litros de água. Aqui na  
1110 nossa região inteira só tem um lava-jato que trata o recurso de água e  
1111 faz o reaproveitamento da água do esgoto, lá tem vários outros lava

1112 jatos jogando detergente, sabão e óleo no rio que está com escassez  
1113 de água. Papel no chão eu não vou nem falar. (Trecho  
1114 incompreensível), entrei dentro de uma van, fui passear, a primeira  
1115 coisa que o cara perguntou quem era brasileira, aí levantou a mão, aí  
1116 a segunda que ele falou foi ‘Aqui não se joga papel no chão.’ É uma  
1117 vergonha, não é? Mas esse impacto precisa (inaudível). Legal  
1118 também a gente trabalhar a situação local, porque a pessoa não vai  
1119 conseguir imaginar aqui fazendo uma ação para melhorar o meio  
1120 ambiente lá na Amazônia, ou lá na Ucrânia. Então, legal. Tudo isso  
1121 daí é legal. O problema é colocar...” André Ruas, da ASSEA/SEMAD:  
1122 “Eu vou só pedir desculpas, é por causa que a gente está com  
1123 problemas no telefone sem fio.” Não se identificou: “Mas acho que  
1124 está dando para todo mundo me ouvir.” André Ruas, da  
1125 ASSEA/SEMAD: “Não, é porque além de ouvir tem que registrar.” Não  
1126 se identificou: “Tem que registrar, está certo. Aí o problema todo que  
1127 eu vejo é o seguinte, é a ação efetiva. Como transformar isso em uma  
1128 ação efetiva? A gente vê o Ministério Público atuar na situação da  
1129 sensibilidade (trecho incompreensível), ele é bem efetivo. Nas ações  
1130 ambientais, a gente não vê da mesma modalidade. Então, dá a  
1131 sensação que é para inglês ver mesmo, que as coisas não são  
1132 cobradas. Então não tem a fiscalização. Todos os órgãos acabam  
1133 fazendo vista grossa e aí a coisa não funciona. Então educar, mas  
1134 sem convencer pessoas que elas precisam participar, né, não vai  
1135 funcionar, mas tem que ter cobrança.” André Ruas, da  
1136 ASSEA/SEMAD: “É exatamente esse ponto que a gente está falando,  
1137 da efetividade. Não adianta fazer uma atividade dentro da escola,  
1138 chegando em casa e continuar jogando lixo no chão. Alguns  
1139 comentários muito interessantes. Primeiro, esse tipo de  
1140 comportamento não está associado à baixa escolaridade. Tem muita  
1141 gente com graduação, tem gente do órgão ambiental que joga lixo no  
1142 chão. Já vi na rua, gente, eu já vi casos na rua, que era assim... lá em  
1143 BH, por exemplo, no bar, eu estava sentado, passou três rapazes com  
1144 papel de chocolate, de barra de chocolate, tinha uma lixeira. O cara  
1145 passou aqui, a lixeira estava ali, na cadeira, ele jogou no chão. Eu  
1146 fiquei horrorizado. Eu já vi gente pegando esse panfleto, sabe o  
1147 pessoal que bota no para-brisa do carro? Fica panfletando e  
1148 colocando? O cara chegou no carro, e gente que tinha saído de  
1149 academia de ginástica caríssima lá em BH, pegou o papel – qual o  
1150 problema de guardar o papel no carro, chegar em casa e colocar na  
1151 lixeira? O cara jogou no chão. Aí, o que acontece? Chega a época de  
1152 chuva, lá em Belo Horizonte alaga tudo, por quê? As drenagens  
1153 pluviais estão todas entupidas com lixo e a pessoa não entende que  
1154 ela é responsável, todos somos responsáveis por isso. A questão de

1155 adulto. Por que é importante para o adulto? Eu sinto resistência de  
1156 alguns empreendedores, tá, não são todos. Eu falo assim 'Eu não  
1157 quero trabalhar com a comunidade, a comunidade é difícil.' Muitas  
1158 vezes a comunidade tem um péssimo relacionamento com a empresa  
1159 e vice-versa. Eu falo 'Gente, apropriada. Se vocês apropriarem da  
1160 educação ambiental como uma ferramenta, você consegue se  
1161 aproximar da comunidade, melhora o relacionamento com a  
1162 comunidade.' Se você vai ser vizinho, por isso que a gente faz  
1163 questão, quem é o público-alvo do programa de educação ambiental?  
1164 É a comunidade do entorno, a gente tinha casos de processo de  
1165 licenciamento que o público-alvo era a escola, só que a escola era do  
1166 outro lado do município, que nem sabia o que que era o  
1167 empreendimento, que empreendimento era esse que estava fazendo  
1168 educação ambiental dentro da escola. A empresa de um bairro  
1169 fazendo no bairro do outro lado da escola, o povo da escola nem sabe  
1170 que empresa é essa. Você tem que trabalhar, você tem que estreitar  
1171 relação com a comunidade e educação ambiental é uma boa  
1172 ferramenta. Já que é uma obrigação, por que você não usa dessa  
1173 obrigação o lado positivo de você se aproximar da comunidade?  
1174 Questão de fiscalização, é importante também. Eu nunca trabalhei  
1175 com posto de combustível, mas uma vez eu fiz um treinamento.  
1176 Realmente, posto de combustível não tem EIA / RIMA então não vai  
1177 entrar no programa de educação ambiental, mas existe, salvo engano  
1178 norma da ABNT que o dono do posto é obrigado a fazer todo aquele  
1179 sistema de drenagem, coleta, de separador de água e óleo para não...  
1180 a gente sabe que isso não existe. E aí a gente tem que... aí entra a  
1181 questão da fiscalização. No dia que todo mundo estiver sensibilizado,  
1182 educado, não vai nem precisar de fiscalização. Licenciamento  
1183 ambiental, gente, é uma ferramenta de comando e controle. O que  
1184 isso significa? Significa que vocês têm que me entregar algo para que  
1185 eu possa te fiscalizar para saber se você está fazendo a coisa correta.  
1186 No dia que todo mundo estiver fazendo tudo correto, não vai nem  
1187 precisar de licenciamento ambiental, porque todo mundo vai cumprir a  
1188 legislação ambiental, todo mundo vai adotar as medidas de controle,  
1189 fazer as suas canaletas nos postos, separador de água e óleo e não  
1190 vai precisar desse tipo de controle, mas é um problema cultural do  
1191 brasileiro. Quando eu comecei a trabalhar com educação eu vi, a  
1192 gente está falando hoje aqui de educação ambiental, só que o  
1193 problema do brasileiro é educação básica. Quando eu falo educação  
1194 básica, é tudo. Não é só ambiental, todos os níveis de educação, é o  
1195 famoso jeitinho brasileiro. Você falou do Chile, eu voltei do Canadá.  
1196 No Canadá não tem lixo no chão. Aí você fala assim, 'É uma cidade'.  
1197 Eu fiquei em Toronto, lá tem 7 milhões de habitantes, é o dobro de

1198 Belo Horizonte, você não vê lixo no chão. E para a gente é uma coisa  
1199 esquisita, porque lá tem tanta coisa diferente daqui que você fala  
1200 “Gente, como lá, com 7 milhões de pessoas, eles conseguem  
1201 funcionar e aqui a gente ainda está patinando?” por causa da cultura  
1202 que a gente vive. Então, a educação ambiental é uma ferramenta  
1203 poderosíssima, igual eu falei, não adianta fazer adestramento  
1204 ambiental também. Eu não posso falar assim ‘Gente, vamos combater  
1205 a dengue? Vamos combater a dengue?’ Ficar repetindo todo dia o  
1206 programa, campanha na TV, propaganda falando ‘Vamos combater a  
1207 dengue’, se eu não fizer minha parte. Eu fui vítima, duas semanas  
1208 atrás, pela primeira vez. Na minha casa não tem nada, mas e no meu  
1209 vizinho? E aí é aquilo, se cada um fizesse sua parte, não teria esse  
1210 tipo de problema e a gente passa vergonha. Isso é verdade, porque  
1211 eu já fui em outros países também e lá também não tem isso que tem  
1212 aqui, não. Então, a questão do Brasil, aí já um desabafo tá pessoal, é  
1213 aquilo, a educação geral, não é a educação somente ambiental que a  
1214 gente está discutindo aqui hoje, mas eu tenho esperança que com  
1215 essas iniciativas que a gente está fazendo aqui agora, o que eu estou  
1216 fazendo, assim... eu entendo que as pessoas que estão aqui hoje,  
1217 vieram aqui no mínimo para adquirir informação. Querem entender o  
1218 que é essa educação ambiental no licenciamento. Ou trabalha na  
1219 área, ou tem interesse, ou, às vezes, é apaixonado pela área, porque  
1220 tem pessoas que são apaixonadas pela área, é muito boa de  
1221 trabalhar. Só de estar aqui já é um efeito dessa norma, porque essa  
1222 norma serviu pelo menos para chacoalhar um pouco, coisa que não  
1223 era valorizada. Educação ambiental, gente, era uma coisa tratada  
1224 como de menor valor dentro do licenciamento. Vou te falar o que tem  
1225 acontecido hoje. Hoje eu sei de casos, nós estamos lavrando Auto de  
1226 Infração por falta de programa de educação ambiental e a resposta  
1227 que algumas pessoas dão é ‘Só por causa do programa de educação  
1228 ambiental você vai lavar?’ A gente ainda é obrigado a escutar isso,  
1229 então está faltando essa parte de conscientizar, de sensibilização  
1230 desde o início, da importância. A partir do momento em que isso aqui  
1231 for tratado como uma questão, uma ferramenta importante, não vai  
1232 precisar de norma exigindo que as pessoas façam, entendeu? Outra  
1233 coisa, a gente está tendo uma mudança de paradigma forte, a gente  
1234 está arquivando processos por falta desse programa. Isso é  
1235 seríssimo, porque as empresas acham que ‘Eu não vou apresentar,  
1236 tem como condicionar?’ É a pergunta que a gente escuta sempre. Se  
1237 tiver algum colega meu aqui de SUPRAM pode até dar o testemunho.  
1238 Sempre perguntam ‘Posso condicionar o programa?’ O que seria  
1239 condicionar? Jogar para a frente. Eu falo ‘Mas qual a dificuldade que  
1240 você tem de fazer agora?’ ‘Porque eu estou sem dinheiro, não sei o



1241 quê.' A educação ambiental é tão importante quanto os demais  
1242 programas que são apresentados no EIA / RIMA. O EIA / RIMA tem  
1243 uma séria de programas. O de educação ambiental é um deles, só  
1244 que ele não é de menor importância que os demais e aí, como isso é  
1245 uma norma do conselho, a gente consegue atuar por descumprir  
1246 norma do conselho. Gente, e é caro. Eu fiquei assustadíssimo quando  
1247 eu descobri qual que é o valor da multa. E o pessoal ainda, mesmo  
1248 assim, dois anos de norma, ainda tem gente que não está dando  
1249 importância. Alguns avanços, acho até que o tema desse *slide*. O que  
1250 a gente melhorou nesses dois anos? O primeiro é o seguinte, a gente  
1251 atualizou a norma de acordo com a norma federal. Existia uma norma  
1252 federal de 2012, que é essa instrução normativa do IBAMA, que seria  
1253 a deliberação deles, 214. E, a gente bebeu muito dessa fonte para  
1254 poder fazer a nossa norma. E, um orgulho que eu tenho, que a gente  
1255 fala assim, a gente tem admitido *mea culpa* das nossas vergonhas e a  
1256 gente tem que falar das coisas boas também. Quando essa norma  
1257 saiu em 2017, ela é a mais avançada dos estados brasileiros. Tem  
1258 muitos estados brasileiros que ainda não têm uma norma estadual  
1259 que trata desse assunto. Por falta da norma estadual, eles seguem a  
1260 federal, que é aquela instrução normativa do IBAMA ali. Outra  
1261 vantagem dessa norma em relação a 110, aquela de 2007, que hoje o  
1262 número de empreendimentos que são obrigados a fazer programa  
1263 regimental, a listagem aumentou muito. Na norma de 2007, falava que  
1264 você só precisava fazer programa de educação ambiental classe 5 e 6  
1265 e para aquelas tipologias que estavam escritas ali. Mineração,  
1266 siderurgia, hidrelétrica, ou seja, qualquer outra atividade que não  
1267 fossem aquelas listadas, e que não fossem classes 5 e 6, não  
1268 precisava fazer educação ambiental. Hoje, a lista de  
1269 empreendimentos aumentou muito. Outra grande vantagem, é o que  
1270 eu falei, do diagnóstico socioparticipativo, que hoje, a comunidade  
1271 participa, desde o início da elaboração do programa. É muito mais  
1272 fácil para vocês que, quando tiver que executar o programa, que a  
1273 comunidade participe, se ela estiver discutindo o programa desde o  
1274 início. Outras vantagens, a gente definiu muito bem o que cada fase  
1275 de licenciamento tem que apresentar de educação ambiental, não  
1276 tenho dúvidas. Antes não tinha essa definição. E também, que o  
1277 conteúdo do programa tem que ser de acordo com a realidade local. É  
1278 importante salvar a Amazônia, é importante combater o aquecimento  
1279 global, falar da extinção do urso polar, mas você tem que falar da  
1280 realidade local. Se aquela comunidade não tem saneamento, se  
1281 aquela comunidade é Mata Atlântica ou Cerrado que está sendo  
1282 destruído, a gente tem que falar daquilo que eles estão vivendo ali. E  
1283 a padronização da entrega dos documentos que eu já falei, é os

1284 relatórios, formulários que agora estão padronizados. Mas agora eu  
1285 estou falando só de obrigação, mas tem vantagens para as empresas  
1286 também. Para os empreendedores. Primeira vantagem, é aquilo que  
1287 eu falei, a regra do jogo é clara, a empresa sabe desde o primeiro  
1288 momento o que o órgão ambiental vai exigir. Por fase de licença, por  
1289 conteúdo de cada documento que tem que apresentar, está no Termo  
1290 de Referência. Então, quando você tem... quando a regra do jogo é  
1291 clara, é bom para todo mundo. Regras e exigências claras e objetivas,  
1292 é igual eu falei, também é bom para a empresa para ela não ficar a  
1293 mercê da discricionariedade da análise técnico, dependendo do  
1294 técnico a análise pode pedir uma coisa diferente da outra, então,  
1295 agora a empresa sabe exatamente o que tem que apresentar. O que  
1296 eu falei, educação ambiental é uma boa ferramenta para melhorar o  
1297 seu relacionamento com a comunidade. Você não vai fazer educação  
1298 ambiental com a fauna e flora, você vai fazer com os seres humanos.  
1299 'Ah eu tenho um relacionamento fragilizado com a comunidade.'  
1300 Aproveita desse instrumento que é o programa de educação  
1301 ambiental para melhorar esse relacionamento. Outra coisa, redução  
1302 dos custos, é aquilo que eu falei, é um PEA por processo, eu não  
1303 tenho que fazer um PEA (trecho incompreensível) de cada processo  
1304 que eu entro. O PEA é do empreendimento, não é do processo. Outra  
1305 coisa, o consórcio. 'Vamos juntar? Eu tenho o meu vizinho, a gente  
1306 está no distrito industrial. Eu tenho que fazer PEA e você também, por  
1307 que a gente não faz um PEA em conjunto?' E, o principal objetivo, que  
1308 foi o que levou à construção da norma, efetividade. Os programas que  
1309 estavam sendo feitos antigamente tinham uma efetividade baixíssima  
1310 e, como eu disse, o barato que sai caro e para mim... para o  
1311 empreendedor, se soubesse que eu estou pagando para fazer um  
1312 programa ruim, o barato sai caro. Eu estou vendo que estou jogando  
1313 fora, é melhor nem fazer programa, porque eu estou desperdiçando  
1314 dinheiro para ter efetividade zero.' Pode passar. Pessoal, eu falo  
1315 demais, mas isso foram algumas informações que eu queria passar  
1316 para vocês. Espero que eu tenha educado vocês, que vocês saiam  
1317 daqui com uma visão um pouquinho diferente do que é educação  
1318 ambiental, principalmente no âmbito do licenciamento. Estou à  
1319 disposição em caso de dúvidas. Hoje, a gente está em fase de revisão  
1320 da Instrução de Serviço, porque a gente viu que tem muita coisa que  
1321 tem que melhorar. Casos específicos, quando a gente escreve, a  
1322 gente nunca imagina. Está tudo disponível no nosso site, como eu  
1323 falei, vocês podem baixar. Foram dois anos que a norma está em  
1324 vigor, a gente fez um evento em abril, como eu disse, para fazer um  
1325 diagnóstico, não é? 'Vamos ver, pegou ou não pegou? Está dando  
1326 certo? Não está dando certo?' serviu muito para melhorar os

1327 programas, agora o nível de exigência é maior. A gente está sofrendo  
1328 hoje com uma questão polêmica, que são os profissionais. A  
1329 conclusão que a gente chegou é que a gente não tem ainda uma  
1330 qualidade, de que a gente queria chegar nesses programas, que a  
1331 gente está sofrendo uma baixa capacitação dos consultores. Por quê?  
1332 Vamos lá, em Minas Gerais tem pouquíssimos cursos de  
1333 especialização em educação ambiental. Pouquíssimos mesmo, se  
1334 você quiser entrar nessa área, você tem que, às vezes, até ir para fora  
1335 para fazer esse tipo de curso. Outra coisa interessante, igual eu falei,  
1336 a norma foi um ano discutida no COPAM. No primeiro dia que a gente  
1337 pautou na reunião do COPAM, a gente já tinha a intenção de tirar da  
1338 pauta, porque algumas pessoas vieram procurar a gente e falou 'Olha,  
1339 eu queria participar da discussão. Posso?', 'Pode, então vamos fazer  
1340 o seguinte, vamos tirar da pauta, vamos discutir e no mês seguinte a  
1341 gente volta.' No dia da reunião do COPAM, a primeira, a gente tinha  
1342 colocado no Termo de Referência, que fala do programa, fala o  
1343 seguinte 'Qual é a equipe técnica para fazer o programa de educação  
1344 ambiental?' A primeira impressão que a gente tinha colocado foi 'Que  
1345 tem que ser uma equipe multidisciplinar e preferencialmente da área  
1346 de ciências humanas e ciências sociais.' Por que a gente pensou  
1347 ciências humanas e ciências sociais? Porque eu vou trabalhar com o  
1348 ser humano e a gente colocou 'preferencialmente'. Não estou  
1349 obrigando a ser de ciências humanas e ciências sociais. Eu acho que  
1350 nós temos aqui CRBio? Não, temos CRBio lá, temos Sociedade  
1351 Mineira de Engenheiros aqui? Não? Na Câmara Normativa tem.  
1352 Temos CREA, mas o CREA eu acho que não está na Câmara  
1353 Normativa." Não se identificou: "(Trecho incompreensível) também faz  
1354 parte do grupo de engenharia." André Ruas, da ASSEA/SEMAD:  
1355 "Certo, primeira coisa, eu sou engenheiro também. Primeira coisa,  
1356 engenheiro fazendo educação ambiental. E os engenheiros  
1357 ambientais? Está dentro da grade deles, é de formação. E os  
1358 biólogos? O Conselho Regional de Biologia. Os biólogos também  
1359 mexem, vocês estão querendo fazer reserva de mercado? Gente, aí  
1360 tudo bem, vamos tentar, não era nossa intenção. Vamos tentar,  
1361 vamos começar. Aí começamos a discutir, assim.', mas quem pode  
1362 fazer isso? Vamos cobrar RT.' Eu tenho RT, biólogo tem RT, só que aí  
1363 chegou meus colegas pedagogos e sociólogos, que fazem análise no  
1364 órgão ambiental. Existe RT para sociólogo? Para pedagogo? Não.  
1365 Então os pedagogos e sociólogos não podem fazer o programa? 'Está  
1366 bom, então não cobra RT, não. 'O que a gente vai cobrir?', 'Dois anos  
1367 de formado, que é experiência.', 'Mas eu sou recém-formado, eu não  
1368 vou poder fazer, porque eu não tenho experiência, mas eu não vou ter  
1369 experiência porque você não me deixa fazer. Então bota aí que só

1370 tem que ter curso superior na área. 'Opa!' Levantaram a mão. 'E os  
1371 técnicos do Meio Ambiente?' Técnico do Meio Ambiente consegue,  
1372 eles não são do curso de graduação, mas eles têm formação para  
1373 poder fazer isso. Então o Técnico de Meio Ambiente pode fazer  
1374 educação ambiental. Eu falei 'Meu Senhor, onde que a gente vai  
1375 chegar nisso aqui?' E detalhe, igual eu falei, foram três reuniões. Teve  
1376 uma reunião que foram os consultores de educação ambiental. Que  
1377 quebraram o pau. 'Qualquer um pode fazer educação ambiental?' Aí,  
1378 vamos reunir, aí fizemos uma reunião só com consultores de  
1379 educação ambiental' porque qualquer um pode fazer.' 'Não pode,  
1380 precisamos valorizar.' Porque nos outros programas...' O que  
1381 acontece com a educação ambiental, pessoal? Vamos dar um  
1382 exemplo aqui, quais são os outros programas ambientais que a gente  
1383 tem no EIA / RIMA? Nós temos, por exemplo, o Programa de  
1384 Recuperação de Área Degradada. Ok? Então, tem que ser alguém  
1385 dessa área, que atende solos, pode ser um geógrafo, algum  
1386 engenheiro agrônomo, vai fazer um PRAD. Projeto Técnico de  
1387 Reposição da Flora, tem que ser um engenheiro, um biólogo, um  
1388 engenheiro florestal, que entende de espécies para colocar, para fazer  
1389 a reposição da flora. Qualquer programa, você tem as suas  
1390 especificidades, você tem que ter profissional da área, só que  
1391 educação ambiental é uma coisa muito engraçada, todo mundo faz  
1392 educação ambiental, todo mundo acha que sabe fazer educação  
1393 ambiental. Todo mundo. E, quando aconteceu essa norma, aconteceu  
1394 que foi uma coisa positiva para os consultores, apareceu oportunidade  
1395 de mercado de trabalho. Igual eu falei, muito mais pessoas são  
1396 obrigadas a fazer o programa e agora o programa, a gente estava  
1397 exigindo, o nosso nível de qualidade subiu, e aí, inclusive, na situação  
1398 econômica que o país está vivendo. 'Então eu só vou trabalhar com  
1399 isso, só tem que colocar lá que eu vou fazer coleta seletiva na escola,  
1400 vou fazer um teatro, fiz um teatrinho, estou fazendo educação  
1401 ambiental.' O teatro é uma ação, não é um programa. 'Não, eu fiz o  
1402 teatro na escola lá.' Então, o balanço que a gente fez em dois anos é  
1403 isso, no mercado de consultoria hoje, por vários problemas. Igual eu  
1404 falei, primeiro, porque existem poucos cursos de especialização na  
1405 área de educação ambiental. Segundo, porque não existe um  
1406 consenso, porque educação ambiental é transdisciplinar, não é uma  
1407 área das ciências humanas, das ciências exatas, das ciências  
1408 biológicas, ela permeia todas essas áreas, não existe uma área de  
1409 formação específica. Eu sou engenheiro, se eu descobrir que tem um  
1410 biólogo fazendo um projeto executivo que... Cálculo estrutural de  
1411 prédio, vai preso na hora. E lá em BH prenderam um dentista que não  
1412 era formado em odontologia, que era filho do dentista, o pai morreu,

1413 ele pegou lá o consultório de odontologia, foi lá fazer também e  
1414 descobriram que ele não tinha o CRO. Não tinha nem graduação, na  
1415 verdade. Então assim, eu não sou louco de fazer isso, a consequência  
1416 é gravíssima, eu acho que todo mundo entende, não é? Se eu não  
1417 sou médico, vou falar que eu sou médico. Teve um caso em BH  
1418 também, eu li que o rapaz vestiu um jaleco para atender, aí  
1419 descobriram que ele não tinha graduação, ele estava assistindo muita  
1420 temporada de seriado médico, ele entendia de tudo (trecho  
1421 incompreensível). Então assim, gente, que loucura. Só que educação  
1422 ambiental não. Paulo, você quer falar? Beleza. Educação ambiental,  
1423 gente, todo mundo entra. Existe, só que aí, qual foi a conclusão que a  
1424 gente chegou na hora de escrever a norma? Quem pode fazer  
1425 educação ambiental? Não teria como. Teve um momento que a gente  
1426 falou 'Vamos pedir o currículo.' Se eu analisar, pegar o currículo, o  
1427 Paulo é educador ambiental. Se eu pegar o currículo dele e falar  
1428 'Paulo...' Não existe um critério, vou botar um critério da minha  
1429 cabeça, 'Não gostei do seu currículo não, Paulo', ele entra na justiça  
1430 contra mim. Na hora, quem sou eu para falar se o currículo dele é  
1431 bom ou não. E os outros programas ambientais a gente não pega  
1432 currículo de ninguém, por que eu vou pedir só de educação  
1433 ambiental? A conclusão que a gente chegou pessoal, é o seguinte, o  
1434 fiel da balança vai ser a análise do órgão ambiental. Se chegar o  
1435 programa malfeito, a gente vai dar pau. Aí o pessoal começa a chorar  
1436 'Mas é só que educação ambiental.', 'Mas eu vou condicionar.' 'Você  
1437 está atuando só por isso?', 'Você vai arquivar meu processo por  
1438 causa de educação ambiental?' Sim. É chocante, mas a ideia é  
1439 chocar mesmo, senão a gente nunca vai chegar em um nível que a  
1440 gente tem em outros países, de consciência ambiental. Não é questão  
1441 nem de escolaridade, pessoal de baixa escolaridade. Gente de  
1442 escolaridade alta, que joga lixo no chão, porque é uma coisa cultural e  
1443 a gente só transforma isso com educação e educação vai demorar  
1444 muito tempo para a gente mudar a educação do país, principalmente  
1445 porque educação é uma área que todo mundo acha que é importante,  
1446 mas é pouco valorizada. Se perguntar aqui quem aqui acha que  
1447 educação é importante? Todo mundo. É valorizada? Não é e nunca  
1448 foi. Isso no país inteiro, tá? Então, eu estou falando Minas, esse caso  
1449 da educação ambiental *stricto sensu*, geral. Mas vai demorar, mas  
1450 como que a gente vai demorar? Uma coisa na educação que eu  
1451 percebi. Você é educado de duas formas: ou você aprende pelo amor,  
1452 ou você aprende pela dor. Se você não aprender pelo amor, vai ser na  
1453 dor. Vai ser o que está acontecendo no licenciamento ambiental, é  
1454 processo indeferido, é Auto de Infração lavrado, no início vai doer,  
1455 mas eu garanto que a partir da primeira, segunda, terceiro Auto de

1456 Infração, na quarta vez eu espero que você já tenha sido  
1457 conscientizado, tá? Pessoal, eu falei demais. Obrigado pelas palavras,  
1458 eu estou à disposição aqui para ficar com vocês durante a reunião  
1459 toda, para a gente bater um papo, tirar dúvidas, fazer desabafo,  
1460 porque eu acho que tudo isso aqui é válido. Muito obrigado.”  
1461 Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Pessoal, bom dia. Eu queria só  
1462 fazer um desabafo aqui. Para quem não me conhece, meu nome é  
1463 Paulo José, eu sou aqui de Formiga, eu moro em Belo Horizonte hoje,  
1464 sou educador ambiental de formação – UNB. André falou aqui. O que  
1465 eu queria dizer é o seguinte, só para a gente... eu como primo pela  
1466 educação ambiental, e minha vida foi toda pautada em aprender a  
1467 realmente ser ambientalista, não é à toa que eu participei de várias  
1468 ONGs, aqui no plenário, estou lá na UFLA, na CNR, a gente está em  
1469 vários, no CBH, então a gente procura ocupar esses espaços para  
1470 fazer algo realmente prático para o nosso meio ambiente. E às vezes  
1471 eu fico triste, porque eu fico lá na CNR, onde a gente faz essas  
1472 normas para trabalhar elas, para votar, aprovar as normas e a gente  
1473 fica muito triste quando vê que a educação ambiental passa muito  
1474 pelo político, porque, chega na hora de nós aprovarmos as normas, às  
1475 vezes, a gente faz uma norma maravilhosa, chega na hora de votar, o  
1476 empresariado, às vezes, quer tirar tudo que está impedindo ele de  
1477 evoluir lá na sua empresa, para produzir mais, vai fazer uma zona de  
1478 amortecimento, você vai votar, o proprietário não quer que atinja a  
1479 terra dele, porque ele quer produzir, quer mexer do jeito que ele quer,  
1480 né? Então, só para a gente entender o que eu penso de educação  
1481 ambiental é o seguinte, eu pergunto aqui, quem de vocês que está  
1482 aqui por vontade própria? Levanta a mão. Vontade própria. Fala assim  
1483 ‘Eu não vim aqui pela minha empresa, eu não vim aqui porque eu  
1484 estou representando a prefeitura, eu não vim aqui porque a escola me  
1485 mandou, eu não vim aqui porque a minha empresa me pôs ali  
1486 representando a empresa.’ Eu quero saber quem está aqui assim,  
1487 saiu de casa e falou ‘Não, educação? Eu vou lá aprender.’ Quem veio  
1488 aqui dessa forma? Parabéns para vocês que vieram aqui sem um  
1489 motivo profissional ou de representação, porque a gente vem aqui  
1490 porque está representando um órgão, que está representando a  
1491 empresa, porque está... não é? Faz isso daqui no domingo de manhã,  
1492 faz isso aqui em um sábado à tarde para ver se o pessoal, às vezes,  
1493 muita gente vem. Não vem. Então, a educação ambiental tem que  
1494 nascer da gente, desde que nascemos lá, quando a gente é criança,  
1495 às vezes, com os pais. E fala assim ‘A escola ensina, a educação vai  
1496 ensinar’, mas a gente tem escola há quanto tempo na vida e às vezes  
1497 não aprende, você vê a pessoa escolada, igual ele disse aqui,  
1498 doutorada, jogando toco de cigarro no chão, tomando suco com

1499 canudinho, vai tomar um refrigerante, tem que ser no canudinho. Será  
1500 que a gente realmente tem educação ambiental? A gente vai evoluir  
1501 mesmo? Como educador ambiental na nossa comunidade? Se nós  
1502 não tomamos as atitudes que tem que se tomar. Então, assim, nós, na  
1503 verdade, a gente vive em uma sociedade capitalista, onde a gente só  
1504 olha o próprio bolso e a gente só faz uma coisa realmente se doer no  
1505 bolso da gente. A gente só toma alguma atitude se aquilo vai nos  
1506 prejudicar, mas se está prejudicando o vizinho, se está prejudicando o  
1507 outro, a gente não está nem aí. Então, assim, a nossa luta, às vezes,  
1508 é muito dura, porque, eu como representante de ONGs e nós lutamos  
1509 para que esses diálogos com o SISEMA, para tentar trazer às  
1510 comunidades, para conversar a respeito do meio ambiente. A respeito  
1511 das políticas ambientais. Então, eu escuto muito lá na SEAM, no  
1512 plenário mesmo eu ouvi 'Mas aqui não é um Conselho de Meio...'  
1513 porque eu falo muito lá 'Gente, nós estamos sentados aqui nessas  
1514 cadeiras aqui, é para defender o meio ambiente, para ter um ambiente  
1515 de qualidade, um ambiente preservado para as populações.' Aí você  
1516 escuta 'Não, aqui não é de meio ambiente, aqui é de política  
1517 ambiental.' É a política do capital, é a política do bem-comum. Então,  
1518 às vezes, eu fico triste lá, quando, por exemplo, nós, das ONGs votos  
1519 vencidos, porque, às vezes, o empresariado está lá para defender o  
1520 lado dele de produzir, porque nós precisamos também da produção, é  
1521 lógico e evidente. Mas não somos contra a produção, contra a  
1522 plantação. Só que tem que ser equilibrado. Ela tem que ser  
1523 equilibrada. Hoje nós vivemos em um luxo. Para que luxo? Às vezes,  
1524 o homem vai ter que dar uma parada de consumir para poder  
1525 preservar o meio ambiente. Por que você tem que trocar de carro todo  
1526 ano? Por que você tem que 'Ah estou com uma caneta aqui, Bic.' 'Ah  
1527 não, eu quero comprar uma que gasta mineiro, que gasta aço, eu  
1528 quero uma mais chique.' Para quê? Então, nós não estamos sendo  
1529 ecologistas hora nenhuma. Não estamos preservando o meio  
1530 ambiente hora nenhuma. Olha quanto lixo a gente descarta? O tanto  
1531 de coisa que a gente joga da nossa casa fora? Não aproveita,  
1532 entendeu? Então, assim, a educação ambiental passa primeiro pelo  
1533 nosso lar, nossa casa e quando se fala, enquanto cidadão, no meio  
1534 em que a gente vive, eu faço um apelo para vocês aqui, fortaleçam as  
1535 ONGs na sua cidade, porque, se vocês perguntarem aqui, ou no  
1536 conselho, que venho aqui uma vez por mês, duas vezes por mês. Eu  
1537 pergunto para vocês, se vocês pegarem aqui 20 Conselheiros, quem  
1538 aqui que não ganha para vir aqui para as reuniões? Por exemplo eu,  
1539 eu aqui hoje. Eu perdi o meu dia de trabalho hoje, perdi estar com a  
1540 minha família, o que fosse, e estou aqui, eu estou, na verdade, se for  
1541 olhar por esse ângulo eu estou perdendo dinheiro. Eu não estou



1542 ganhando nada. Eu estou aqui para o bem de todos, o bem da  
1543 comunidade e eu vou em três, quatro, cinco reuniões no mês. A gente  
1544 faz isso e eu me entendo como ecologista, como ambientalista,  
1545 porque os caras das empresas que estão aqui, eles são pagos para  
1546 isso. Os que representam o governo também são pagos para isso,  
1547 né? Os das entidades, igual FEDERAMINAS, tudo está ganhando  
1548 para estar aqui. Não é que eu estou falando que está errado, o que eu  
1549 estou dizendo é que, aqueles que realmente defendem o meio  
1550 ambiente, pessoal, tem que ser valorizado e nós estamos vendo, as  
1551 ONGs estão morrendo. Estamos fechando as portas, por quê? Às  
1552 vezes, o governo solta um edital lá, do projeto, às vezes, a empresa  
1553 tem que fazer esse lado da educação ambiental, tem muita empresa  
1554 aí. Eu acho que isso é muito bom, mas não é o bastante. Por que não  
1555 é o bastante? Às vezes, você uns editais aí, a gente faz muito projeto.  
1556 A CSA, por exemplo, 'Nós temos um projeto aqui, pôr a verba aqui  
1557 para fazer alguma coisa de meio ambiente.' Aí está lá 'Olha, vai ter  
1558 que fazer isso', aí no edital vem assim 'Mas não pode pagar ninguém,  
1559 não pode pagar a pessoa, não pode pagar serviço administrativo.' A  
1560 ONG vai fazer o quê? Vai viver de quê? Aí a pessoa que vai elaborar  
1561 o projeto vai fazer o quê? Como? Então, é muito difícil, não é que é  
1562 impossível e a gente faz. Então, a consciência ambiental, ela é muito  
1563 mais ampla do que a gente possa imaginar. Então, assim, o que a  
1564 gente pensa, que tem que acontecer também para que haja educação  
1565 ambiental, é que a gente remodele as nossas instituições  
1566 educacionais, que os CODEMA – que eu vi, tem representante do  
1567 CODEMA aqui, Conselho que compõem o Conselho. Tem o CODEMA  
1568 aqui. Os conselhos, geralmente são Conselhos Municipais de Meio  
1569 Ambiente, Conselho Estadual do Meio Ambiente. Conselho municipal,  
1570 quer dizer, a municipalidade é que manipula, que coordena, que fala  
1571 como tem que ser. Aí, enquanto você vê lá, dez cadeiras, 5  
1572 representam a parte do empresariado, outro de quem produz, as  
1573 outras 5 representam o governo e duas representam o povo, que é  
1574 ONG. Então, a gente é sempre voto vencido. É igual lá na CNR,  
1575 aconteceu lá no COPAM, por exemplo, lá nas instâncias, onde  
1576 aprovou a liberação da Vale, por exemplo. Quem estourou, não é?  
1577 Quem votou? Quem aprovou?" José Augusto, da Supram/ASF:  
1578 "Conselheiro. Eu agradeço as suas colocações, eu acho que é  
1579 importante a gente ter, até pela proposta do 'Diálogos com o  
1580 SISEMA', a gente ter uma participação, a intenção é realmente que a  
1581 palestra seja bem participativa, é o item de pauta da URC."  
1582 Conselheiro Paulo José de Oliveira: "E eu estou tomando o tempo,  
1583 não é?" José Augusto, da Supram/ASF: "Não, é só assim, só para a  
1584 gente até para oportunizar os demais, às vezes, participarem."

1585 Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Não, tudo bem. Agradeço a  
1586 atenção de vocês e agradeço a oportunidade, eu acho que,  
1587 parabenizar André, a gente se conhece há tanto tempo, está lá nos  
1588 diálogos lá e a gente pediu realmente essa regionalização das  
1589 discussões, porque a gente vê essa necessidade, precisa disso  
1590 mesmo. Só que nós temos que aproveitar bem esse momento.  
1591 Obrigado aqui, desculpa se eu tomei o tempo além do limite.” José  
1592 Augusto, da Supram/ASF: “Não, não. A gente tem as normas de  
1593 regimento de 10 minutos de manifestação, mas a intenção realmente  
1594 dos ‘Diálogos com o SISEMA’ é ser algo participativo. O pessoal, eu  
1595 acho que, digamos assim, até para estar participando também, eu  
1596 acho que é sempre válido a participação do terceiro setor, as ONGs,  
1597 mas assim, é também, eu acho que talvez por uma questão de  
1598 reflexão, não é também, porque, às vezes, os funcionários que estão  
1599 vindo aqui a trabalho, eles também não vão ter uma consciência e, eu  
1600 entendo que isso é uma questão de cada cidadão, de cada pessoa. A  
1601 Constituição coloca, realmente, o meio ambiente é um direito e dever  
1602 de todos, então assim, a gente sabe, as ONGs fazem parte, que tem  
1603 um papel importante, mas a questão talvez seja até mais ampla,  
1604 sistêmica e abrangente no sentido de que os servidores também, até  
1605 para cumprir, são vinculados a estatuto de ética, tem o  
1606 comprometimento, tem a ética mesmo, os próprios cidadãos, os  
1607 profissionais que trabalham na área das consultorias da empresas.  
1608 Então, é uma questão que é importante a manifestação das ONGs,  
1609 mas também não impede que cada um de nós, como cidadãos,  
1610 possamos contribuir construindo algo melhor, para não ter, às vezes,  
1611 uma cultura que seja, em alguns pontos, não tão avançada para  
1612 desenvolver. E assim, eu fiz só esse pequeno aparte na fala, só para  
1613 a gente tentar oportunizar para todos, para garantir uma questão de  
1614 (trecho incompreensível). A gente agradece a manifestação do  
1615 Conselheiro e a intenção, realmente, eu acho que seja participativo  
1616 mesmo, até como o próprio tema do PEA, sim, que todos participem,  
1617 e coloquem as suas questões. Obrigado. André Ruas, da  
1618 ASSEA/SEMAD: “O Paulo falou uma coisa, falando de educação  
1619 ambiental, que é o exemplo perfeito. Ele falou da questão do  
1620 canudinho. Eu não sei quando começou a surgir isso e hoje o  
1621 canudinho vem em uma embalagem. O canudinho individual ainda se  
1622 recebe ele, recebe uma embalagem. No plástico. Gente, todo bar ou  
1623 restaurante que eu vou, eu peço suco, o tal do canudinho, eu não  
1624 peço canudinho, o canudinho vem. O garçom já está treinado para  
1625 trazer o canudinho, e deixar. E aí, eu tenho que pegar esse  
1626 canudinho, eu devolvo o canudinho. O questionamento que eu faço é  
1627 o seguinte, na casa de vocês, quando vocês vão tomar um suco,

1628 vocês botam um canudinho? Qual é o sentido desse canudinho, que  
1629 eu não entendi até hoje? Porque, se você vai no bar, você vai beber  
1630 um suco direto do copo. Não sei se é higiênico pedir canudinho, não  
1631 sei. Mas assim, por questão até de o copo estar limpo ou não, você  
1632 está bebendo o suco, o suco está dentro do copo, o copo passa pelo  
1633 canudinho. Também está sujo do mesmo jeito. Alguém bebe cerveja  
1634 de canudinho? Todo mundo bebe direto do copo. Então assim, isso é  
1635 uma questão tão entranhada na nossa cultura e a questão do plástico,  
1636 gente, plástico, questão de rios e oceanos, vai ser o grande problema  
1637 ambiental que a gente vai sofrer nesse século. A questão do plástico.  
1638 Tudo é plástico. Plástico. Plástico. Você descarta, muitas vezes vai  
1639 parar no rio, que vai parar no oceano e isso, na Europa eu acho que já  
1640 estão começando a proibir, algumas questões relacionadas ao  
1641 plástico. Só que a gente demora demais para reagir. Nunca entendi  
1642 essa questão do canudinho e já é questão cultural, é aquilo que eu  
1643 falei da questão de educação. A questão, a cultura que a gente vive  
1644 hoje é, vem o garçom, você pede um suco, ele não me pergunta 'Você  
1645 quer um canudinho?', ele já traz e já coloca na sua mesa e agora o tal  
1646 do danado canudinho já vem dentro de uma embalagem individual.  
1647 Não faz sentido. Eu devolvo, mas eu sei que eu sou uma exceção. A  
1648 maioria pega e eu pergunto: por quê? Recursos naturais, é o seguinte,  
1649 enquanto o planeta tiver abundância, a gente vai sair gastando...  
1650 gastando.... gastando. No dia que faltar, faltar água, faltar plástico, aí  
1651 a gente vai começar a ver o desperdício que a gente está fazendo.  
1652 Agora, como que a gente trabalha essa questão? Vou pegar o  
1653 exemplo que o Paulo deu, dentro da educação ambiental. É  
1654 conscientizar as pessoas "Olha gente, você não precisa desse  
1655 canudinho, não. Para que você bota o canudinho e bebe? Devolve o  
1656 canudinho para o garçom.' Eu faço isso sempre, só que é muito difícil  
1657 você mudar o hábito. E outra coisa, uma coisa que o Paulo falou  
1658 também, que entra nesse sentido. Nós, como seres humanos, nós  
1659 somos individualistas. Isso é uma conclusão que eu cheguei. Eu,  
1660 André cheguei, não é Secretaria. Eu estou preocupado comigo, se  
1661 está me dando papel, plástico, se eu vou em um *fast food*, vem aquele  
1662 hambúrguer dentro do papel que vem embalado, que vem dentro de  
1663 uma caixa, mas já estava embalado dentro do papel e aí vem o  
1664 guardanapo e o guardanapo está vindo dentro de uma embalagem. É  
1665 papel embrulhando papel e canudinho. Aí você sai, aí tem forro de  
1666 papel da bandeja, aí você sai, faz uma refeição, você gera tanto lixo  
1667 por causa de uma refeição em um *fast food* da vida, dessas grandes  
1668 redes, que você pensa o seguinte, multiplica isso, eu sou uma pessoa  
1669 em um dia. Multiplica isso todos os dias por essa quantidade de  
1670 pessoas que vai lá. Aí vem a questão de mudança de hábitos,

1671 atitudes, comportamentos que a educação ambiental trabalha. Eu já  
1672 cheguei hoje, eu posso falar que eu estou em um nível um pouco mais  
1673 avançado, porque eu devolvo o canudinho. A maioria das pessoas  
1674 aceita, está aqui mesmo. Para quê... porque dá trabalho, não é? Às  
1675 vezes, ter sempre que chegar para o garçom 'Toma o canudinho', ou  
1676 às vezes, levar até o balcão 'Toma o canudinho, eu não usei' e tal. A  
1677 mesma coisa com o sachê de *catchup*, eles jogam aquele tanto, eles  
1678 jogam um monte de sachê. Você não usou, até aquele que você não  
1679 usou vai para o lixo. É uma questão de conscientização, só que mudar  
1680 hábitos, mudança de hábitos é uma coisa difícil. Vocês está arraigada  
1681 a velhos hábitos, qualquer um que vai fazer aqui, qualquer mudança  
1682 de hábito vai começar uma atividade física, vai fazer uma dieta, vai  
1683 acordar mais cedo todo dia. Qual a dificuldade que você tem de  
1684 mudança de hábitos? É terrível, só que uma vez que você muda, fica  
1685 fácil. Depois que eu já mudei meus hábitos, aquilo vira uma coisa  
1686 natural. Então, é uma coisa que a gente tem que trabalhar todo o  
1687 santo dia, nessa questão ambiental e é um trabalho de todo mundo,  
1688 que eu já ouvi falar 'Ah não, educação ambiental é de competência da  
1689 Secretaria de Meio Ambiente.' Todas as secretarias deviam fazer  
1690 educação ambiental, porque é igual eu falei, a educação ambiental é  
1691 um tema transdisciplinar. Seja da Secretaria de Educação, da  
1692 Secretaria de Saúde, porque uma coisa dentro da outra. Hoje, a  
1693 discussão aqui que a gente teve, era a educação ambiental no  
1694 licenciamento, então é uma coisa muito específica. A gente está  
1695 falando dos impactos do empreendimento sobre a comunidade e os  
1696 trabalhadores, mas essa premissa da educação ambiental serve para  
1697 tudo, mas é muito difícil e o que eu estou vivendo hoje, a maior  
1698 dificuldade é sensibilizar algumas empresas da importância do  
1699 programa, porque elas continuam contratando mais barato. Não estou  
1700 falando que o mais barato é necessariamente o pior. E nem o mais  
1701 caro, para a empresa é mais caro, também não significa que vai ser o  
1702 melhor programa de educação ambiental, mas muitas vezes o pessoal  
1703 vê o programa como custo, não como investimento. E custos a  
1704 tendência natural da gente é cortar custos. O investimento não, você  
1705 investe para ter um retorno e as empresas ainda não se  
1706 sensibilizaram, eu estou falando algumas. Quão positivo, eu coloquei  
1707 um *slide* só de benefício para as empresas, gente. Talvez nesse  
1708 sentido de sensibilizar. Se vocês apropriarem dessa ferramenta da  
1709 educação ambiental para melhorar relacionamento com a  
1710 comunidade, serve para melhorar dentro da sua própria empresa. O  
1711 tanto de relato que eu tive de trabalhador que não conhecia a própria  
1712 empresa que ele trabalha, que ele era do setor 'X', ele só fazia aquilo  
1713 e ele não conhecia nem os impactos ambientais que a própria

1714 empresa que ele trabalha, faz parte. Olha que situação. E quando eu  
1715 tive esse retorno, foi superpositivo 'André, fizemos o programa de  
1716 educação ambiental com os trabalhadores, fizemos o diagnóstico e  
1717 descobrimos um monte de coisa que a gente não sabia, porque  
1718 ninguém nunca perguntou e que para a gente foi bom, porque vai  
1719 ajudar dentro da empresa.' Uma coisa que eu esqueci de falar na  
1720 apresentação, por exemplo. Não confundam educação ambiental com  
1721 Programa de Comunicação Social. Tem muita empresa também,  
1722 porque, isso é curiosidade, mas isso é importante. O que acontece?  
1723 Às vezes, a empresa faz um, deixa eu pegar algum exemplo aqui, sei  
1724 lá, um Programa de Visita Orientada dentro da empresa. Pode ser  
1725 educação ambiental, mas muitas vezes não chega a ser educação  
1726 ambiental, chega a ser um Programa de Comunicação Social. 'Ah  
1727 disponibilizei um telefone, um Fale Conosco para a comunidade me  
1728 ligar, se ela tiver algum problema.' Isso não é educação ambiental,  
1729 porque não muda, aquele primeiro *slide*, que acho... se a gente não  
1730 sair daqui com o conceito igual, o que é educação ambiental, cada um  
1731 igual, eu achar que educação ambiental era só fazer coleta seletiva e  
1732 não é somente isso. Por isso que tem que começar a alinhar um  
1733 conceito. Fazer, disponibilizar um telefone para a comunidade, para a  
1734 comunidade ligar em caso de 'Ah eu vi uma fumaça saindo', eu  
1735 trabalhei licenciando ETE, aí, por exemplo, a COPASA tinha um  
1736 programa bacana, que quando tinha mal cheiro na ETE, no programa  
1737 de operação, a comunidade ligava e falava 'Olha, tem um problema,  
1738 estamos sentindo um cheiro que não deveria estar sentindo da ETE',  
1739 aí vai lá e olha o que é. Isso é comunicação social, porque muita  
1740 gente ainda confunde educação ambiental com... e responsabilidade  
1741 socioambiental também não é educação ambiental. Já vi gente  
1742 falando assim 'Doei cesta básica à comunidade' e jogar isso como  
1743 educação ambiental. Isso é responsabilidade socioambiental da  
1744 empresa. Por quê? O que me garante, se eu doar uma cesta básica  
1745 para vocês, vocês aprenderam informação nova e vocês mudaram  
1746 seus hábitos e atitudes? Nenhuma. Um dos problemas da educação  
1747 ambiental, lá no Termo de Referência é indicadores. Dificílimo medir  
1748 com indicadores na educação ambiental. Por quê? Eu trabalhei meu  
1749 mestrado em qualidade da água, porque eu trabalhei muitos anos  
1750 analisando programa de monitoramento da qualidade da água, que é  
1751 um dos programas do EIA / RIMA. É muito fácil, você tem parâmetro,  
1752 você tem nota do COPAM, tem do CONAMA. Você faz o  
1753 enquadramento dos focos d'água nas classes 1, 2, 3, 4, classe  
1754 especial, tem os parâmetros, oxigênio, DBO e tem o padrão. Você vai  
1755 lá, você mede, leva para um laboratório, o laboratório vai te dar um  
1756 boletim, o boletim vai mandar o valor. Você vai falar 'Está dentro, ou

1757 fora do padrão?’ Isso é um indicador. Existe um índice de qualidade  
1758 da água também, que a gente monitora lá no SISEMA. É fácil eu  
1759 consigo traduzir isso em um valor. Ser humano, não, porque é um  
1760 processo demorado, educação ambiental eu sei que talvez vocês  
1761 saiam daqui hoje aprendendo uma coisa nova, mudando. Pelo menos  
1762 plantei uma sementinha de que vocês vão começar a repensar uma  
1763 coisa. Quando for pegar um canudinho, vocês vão lembrar de mim.  
1764 Isso não garante que vocês vão devolver o canudinho. Talvez um de  
1765 vocês comece a devolver, mas talvez a maioria continue usando o  
1766 canudinho no bar, mas pelo menos eu plantei uma semente. Isso é  
1767 um trabalho que tem que ser feito ao tempo, não vai ser uma palestra  
1768 que eu dei aqui hoje que vai mudar hábitos de vocês, eu falei gente,  
1769 mudança de hábito do ser humano é muito difícil. O ser humano, é  
1770 igual àquela lei da física e da inércia, o corpo parado tende a  
1771 permanecer parado. Para botar em movimento você tem que gastar  
1772 uma energia para começar a movimentar ele. Então, é para não  
1773 confundir esses conceitos, de educação ambiental, educação social,  
1774 responsabilidade socioambiental. Teve caso que o pessoal me relatou  
1775 ‘Doei colchão para o asilo, fiz educação ambiental.’ Isso não é  
1776 educação ambiental. ‘Doei cesta básica.’ Não está... e muitas vezes  
1777 vem um pessoal relatar para mim, vai fazer um diagnóstico  
1778 socioparticipativo com a comunidade. A comunidade é tão carente,  
1779 principalmente do Poder Público, que não asfalta a rua dela, que  
1780 começa a pedir para a empresa que asfalte a rua, ou que reforme a  
1781 praça, ou construir um campinho de futebol para a comunidade. Tudo  
1782 bem se a empresa quiser fazer isso, mas isso não é educação  
1783 ambiental, mas a gente tem essa cultura tão arraigada, tão carente  
1784 que, por exemplo, a questão do saneamento, se eu não tenho  
1785 drenagem na minha rua, não tem esgotamento sanitário, isso é  
1786 responsabilidade do Poder Público, só que se chegou uma empresa  
1787 oferecendo alguma coisa, a comunidade está tão carente gente, que  
1788 ela vai começar a pedir coisas que na verdade não são de educação  
1789 ambiental, por causa do nível de maturidade que a nossa sociedade  
1790 ainda vive. Então, é uma problemática que acontece quando o  
1791 empreendedor vai fazer esse programa de educação ambiental  
1792 também. Deixa eu lembrar, se eu vou lembrando, eu vou falando. Eu  
1793 só vou pedir para falar no microfone, porque tem que registrar, eu  
1794 acho que... não sei se o microfone vai chegar até aqui.” Não se  
1795 identificou: “Bom dia a todos, eu gostaria de parabenizar pela palestra  
1796 e eu queria fazer duas perguntas. A primeira, em relação a questão do  
1797 envolvimento dos adultos na educação ambiental. Uma das  
1798 estratégias não seria envolver o EJA? André Ruas, da  
1799 ASSEA/SEMAD: “Pode fazer a segunda. Não se identificou: “E em

1800 relação a inserção curricular da educação ambiental, que você  
1801 colocou do ensino fundamental, colocou na pós-graduação e na  
1802 terceirização, mas na graduação também a gente tem que ter.” André  
1803 Ruas, da ASSEA/SEMAD: “O que acontece? Essa parte, é igual o  
1804 momento que eu falei da educação formal e não formal. Educação  
1805 formal é aquela que é feita nas escolas dentro do currículo escolar, do  
1806 projeto político pedagógico, igual o EJA, que é um programa de  
1807 Alfabetização de Jovens e Adultos. A educação ambiental no  
1808 licenciamento é uma educação não formal, então não competiria ao  
1809 empreendedor, porque ele teria que entrar dentro do projeto político  
1810 pedagógico do EJA para poder alterar e o foco não seria esse,  
1811 porque, olha, a gente quer que faça educação ambiental com foco na  
1812 realidade. Mas aqui a questão com o público não alfabetizado, é um  
1813 problema da comunidade, da realidade. Ele vive, da vivência dele,  
1814 mas a gente pede que o programa de educação ambiental seja  
1815 casado com os impactos do empreendimento e aí não tem relação  
1816 direta com a questão da alfabetização.” Não se identificou: “Eu estou  
1817 colocando é em relação a educação ambiental, que ela deve ser  
1818 colocada em todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-  
1819 graduação. Se a empresa não pode se ‘aproveitar’ disso para estar  
1820 realizando a parte de educação ambiental, já que tem o público-alvo  
1821 potencial.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Sim, só que aí, é igual  
1822 eu falei, a empresa teria que articular junto com a educação formal,  
1823 porque até então a empresa faz educação não formal. Gente, a  
1824 educação não formal não significa que é ruim, não. Fica parecendo:  
1825 “Nossa, não formal é muito...” não ter formalidade é só para diferenciar  
1826 a educação escolar da educação não escolar. A gente classifica entre  
1827 formal e não formal, mas ela teria que fazer junto com a escola. Sim,  
1828 pode. Até porque, se a comunidade, por exemplo, uma comunidade  
1829 que não tiver alfabetização, por exemplo, talvez ela não consiga  
1830 participar dos outros projetos de educação ambiental que necessite de  
1831 leitura, ou algo assim.” Não se identificou: “Certo. E o segundo é essa  
1832 questão da articulação, até mesmo do ponto de vista privado, o que  
1833 as empresas têm que fazer. Nós temos dentro do SEMAD (trecho  
1834 incompreensível) Conselheira. Nós temos aqui (trecho  
1835 incompreensível), temos UEMG, temos CEFET, temos instituições  
1836 particulares. Esse tipo de programa, ele não pode ser articulado junto  
1837 com as instituições de ensino? Vou te dar um exemplo, eu  
1838 particularmente trabalho com isso. A gente faz exatamente a extinção  
1839 do (trecho incompreensível) , que é exatamente tudo que você  
1840 colocou essa integração com a comunidade, realmente é ótimo,  
1841 evolutiva e etc. Isso pode ser feito de forma articulada também, ou  
1842 existe algum impedimento?” André Ruas, da ASSEA/SEMAD:

1843 “Entendi. Uma dúvida, quando você fala de fazer de forma articulada,  
1844 seria de a empresa talvez assim, contratar a universidade para fazer  
1845 um projeto para a comunidade? Seria isso?” Não se identificou: “Não,  
1846 seria desenvolver um projeto em parceria.” André Ruas, da  
1847 ASSEA/SEMAD: “Teria um exemplo, assim, de como seria, (trecho  
1848 incompreensível) porque eu fiquei na dúvida, ainda. Porque  
1849 desenvolver, por exemplo, esse programa aqui tem um termo pauta  
1850 muito bem definido e vocês também fazem o que a empresa faz, só  
1851 que isso, esse programa, ele é um programa vinculado a um processo  
1852 de licenciamento. Então, ele faz parte, ele tem que medir os impactos  
1853 causados pelo empreendimento sobre a comunidade, que  
1854 antigamente a empresa nem fazia isso, nem fazia essa correlação.  
1855 Esse projeto em parceria, talvez, um exemplo, talvez a universidade já  
1856 tenha um projeto na comunidade ‘X’ e a empresa teria que fazer um  
1857 programa de educação ambiental na mesma comunidade. A ideia  
1858 seria juntar os esforços e fazer um único programa? Pode. Tem um  
1859 artigo na norma, que é o artigo 11, aí está transcrito ali, que eu acho  
1860 que vai ficar mais claro, porque lá fala que uma empresa pode  
1861 consorciar com outra empresa, ou com outras ações de educação  
1862 ambiental que já são feitas na comunidade. Se a própria universidade  
1863 já faz esse tipo de... É o segundo parágrafo. Vamos ler o segundo  
1864 parágrafo: “O programa de educação ambiental, ele pode ser  
1865 elaborado, executado em parceria com outras ações e programas de  
1866 educação ambiental de empresas, e/ou, instituições públicas,  
1867 privadas’, no caso, vou citar o exemplo da Universidade Federal.  
1868 ‘Situadas na mesma área de influência direta do empreendimento.’  
1869 Então, tem essa questão do limite territorial, tem que ser feito naquele  
1870 território ou buscar sinergia com outras ações de políticas públicas  
1871 desenvolvidas na região, desde que comprove, ali é a condição, a  
1872 correlação dessas ações nos impactos ambientais do  
1873 empreendimento. Então, vocês podem juntos com a empresa, só que  
1874 quando a empresa for fazer o programa de educação ambiental para  
1875 apresentar no órgão, ele vai falar que vocês estão fazendo uma  
1876 parceria, um projeto conjunto, só que não pode desvincular dos  
1877 impactos do empreendimento. Se for falar de um outro assunto que  
1878 não está correlacionado aos impactos, aí não. Pode fazer a mais? A  
1879 mais sempre pode gente, mas é mínima que tenha correlação com os  
1880 impactos do empreendimento naquela comunidade. Não sei se eu  
1881 consegui responder.” Não se identificou: “Sim. Não, a gente já teve  
1882 alguns experimentos nesse sentido de não ter (trecho  
1883 incompreensível) com a empresa, mas de estar trabalhando  
1884 basicamente as mesmas coisas, e o mesmo tipo de impacto.” André  
1885 Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Sim, sim. A sinergia, é o que eu falei mais



1886 para a frente. Acontece muitas vezes em uma empresa tal... gente, os  
1887 causos que eu escuto lá no órgão. Já ouvi falar de casos, o pessoal  
1888 me passou o seguinte, uma empresa foi lá, contratou uma consultoria,  
1889 fez um diagnóstico para a comunidade, beleza? Aí passou um tempo  
1890 depois, outra empresa na mesma região tinha que fazer o programa  
1891 também. A consultoria foi lá, copiou e colou o diagnóstico feito da  
1892 outra consultoria, eu falei 'Gente, isso é plágio.' 'Mas já foi feito o  
1893 diagnóstico, eu não vou ter que fazer de novo.' Não, por quê? Às  
1894 vezes, os impactos ambientais da empresa 'A' e da empresa 'B' são  
1895 totalmente diferentes e o pior é que estava plagiando o trabalho do  
1896 outro, o que eu acho assim, já achei... o objetivo desse artigo foi de  
1897 fazer sinergia. Se vocês já fazem ações lá, a empresa tem que fazer  
1898 ações, se faça uma parceria e faça uma coisa única, é bom para todo  
1899 mundo, gente. O todo é maior que a soma das partes, porque se cada  
1900 um fizesse individual, se todo mundo faz junto, o resultado sai muito  
1901 melhor. Isso pode ser feito. Aí eu só lembre desse outro caso, que em  
1902 vez de se juntarem, um estava plagiando o outro." Não se identificou:  
1903 "Obrigada." André Ruas, da ASSEA/SEMAD: "De nada. Dúvidas,  
1904 pessoal? Eu vou te pedir por favor para vir aqui, por causa que o  
1905 microfone é com fio e precisa... perdão, temos mais um inscrito aqui.  
1906 E tem que estar registrado na gravação." Não se identificou: "Bom dia.  
1907 (Trecho incompreensível) sou professor aqui da UEMG, também  
1908 trabalho no (trecho incompreensível), também estou no GEEC, do  
1909 município aqui de Divinópolis. Gostaria de saber o seguinte, André.  
1910 Seria possível por parte do órgão 'publicizar' as ações que são  
1911 desenvolvidas nesse contexto? Pelo seguinte, alguns projetos de  
1912 extensão que a gente desenvolve, muitos deles a gente vai na  
1913 associação de moradores, vamos a escolas 'Não, nós já estamos  
1914 cansados de saber disso aqui, já passaram vários por aqui tratando  
1915 da mesma temática.', ou seja, se o órgão possibilitasse 'publicizar' em  
1916 uma plataforma aquilo que já foi apresentado, não sei se é possível  
1917 'publicizar' projeto que foi desenvolvido. Exemplo de Divinópolis, na  
1918 região Porto Velho, onde tem a via siderúrgica Gerdau, que já  
1919 trabalhou em várias ações, CSU, na escola estadual que tem ali  
1920 perto." André Ruas, da ASSEA/SEMAD: "Esse projeto foi feito pelo  
1921 licenciamento." Não se identificou: "Sim, foi feito pelo licenciamento.  
1922 Eu falo o seguinte, para não sobrepor. Imaginem na condição do  
1923 empreendedor. 'Eu preciso desenvolver esse programa de educação  
1924 ambiental.' Ele vai buscar um projeto que se enquadre dentro do  
1925 contexto da realidade dele, da necessidade dele, mas aquilo que ele  
1926 elegeu, na proposta já foi desenvolvido naquela comunidade, certo?  
1927 Ou seja, uma forma de 'publicizar' e mais, talvez uma alternativa de  
1928 que fossem oferecidas algumas propostas de projeto mesmo, para

1929 que esse que não tem ainda uma definição do que pode ser  
1930 desenvolvido.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Muito bom. Gente, a  
1931 gente tem no SISEMA, vou até fazer um jabá aqui. A gente tem o  
1932 Prêmio de Boas Práticas Ambientais. O que é o Prêmio de Boas  
1933 Práticas Ambientais fala? A gente premia uma vez por ano, aí cada  
1934 ano tem uma multa. Esse ano foi tema de resíduos do setor produtivo,  
1935 muito em função da tragédia que aconteceu em Brumadinho, aquela  
1936 questão de rejeito de mineração, então a gente tem que valorizar  
1937 quem trata esses rejeitos de mineração, ou industrial, ou em  
1938 agropecuária. A gente acredita muito na educação pelo exemplo. Se  
1939 eu, André, for fazer um projeto bacana, que, porque primeiro, a partir  
1940 do momento que você dá um prêmio para isso, primeiro você valoriza.  
1941 ‘Poxa, eu fiz um projeto bacana e eu fui reconhecido que meu projeto  
1942 é um projeto de qualidade.’ E segundo, você difunde, você socializa a  
1943 informação. Talvez eu fiz um projeto bom em BH que aqui em  
1944 Divinópolis alguém pode ‘Nossa, que ideia bacana, vou fazer igual.’ Aí  
1945 não é plágio, é inspiração. ‘Isso aqui também,’ esse tipo de ação,  
1946 gente, principalmente, a gente tem que ter muita criatividade, eu falo  
1947 com o pessoal hoje que a gente trabalha muito com parceria e  
1948 criatividade, porque a gente não tem muito recurso financeiro. Por que  
1949 não pega uma boa ideia, divulga que fez em outro lugar e aplicar  
1950 nesse lugar também? A disponibilidade dessas informações é  
1951 interessante, não para falar o seguinte ‘Eu fiz o projeto no Porto  
1952 Velho. Eu vou lá copiar o DSP.’ Não é isso, mas se eu falar assim ‘O  
1953 que deu certo e o que deu errado?’ Você aprende muito com erro e  
1954 acerto. Se eu pegar esse programa e os relatórios, claro, e ver o que  
1955 funcionou e o que não funcionou, serve de inspiração para que eu  
1956 copie o que deu certo, mas eu não vou copiar o diagnóstico, não. Não  
1957 é isso não. Aí respondendo sua pergunta. Ano passado a gente tinha  
1958 um projeto na secretaria, que a gente ia criar o sistema informatizado  
1959 de educação ambiental. Ele ia pegar não só a educação ambiental no  
1960 licenciamento, mas tudo que tem de educação ambiental no Estado  
1961 de Minas Gerais. A gente sabe que muita gente faz nas escolas, faz  
1962 educação ambiental, empresas, órgãos fazem educação ambiental e  
1963 a gente queria fazer esse sistema para fazer um diagnóstico e para  
1964 disponibilizar essas informações também, só que a gente está com  
1965 um problema muito grande de recurso financeiro. Eu estive, duas  
1966 semanas atrás, eu fui em Vitória em um encontro de educação  
1967 ambiental da região Sudeste. Tive oportunidade de conhecer o  
1968 responsável por educação ambiental do governo estadual do Rio de  
1969 Janeiro. Tinha os quatro estados do Sudeste lá. Eles não têm uma  
1970 norma de educação ambiental igual a gente tem, eles estão fazendo  
1971 uma agora, que estão usando a nossa de inspiração e aí, eu troquei,

1972 ele falou 'Eu quero conversar com você, porque a gente está fazendo  
1973 uma nossa, a gente não tinha e a gente pesquisou, viu que vocês já  
1974 têm e a gente quer fazer uma' E aí, ele queria copiar a nossa  
1975 experiência, eu passei para ele como foi nossa experiência aqui em  
1976 Minas, para eles fazerem no Rio de Janeiro. Isso é muito positivo. E  
1977 ele falou, mas o dele era diferente do nosso em alguns aspectos, o  
1978 deles, é que eles querem fazer um sistema todo *online* desde o início  
1979 que o empreendedor faria todo informatizado. Aí ele me falou o  
1980 seguinte 'Só para contratar empresa, para desenhar o sistema' ele fez  
1981 um orçamento, deu 3 milhões. E eu sou realista, gente. Eu sei que eu  
1982 não vou ter 3 milhões para fazer um sistema. Então, não deu certo. A  
1983 própria Federação das Indústrias pediu, mas com um outro objetivo.  
1984 Ela quer conhecer onde tem empresas que fazem PEA para saber  
1985 'Olha, aqui tem uma, eu sou vizinho dessa. Vou ligar para ela e a  
1986 gente faz um junto.', mas ela não sabe quem são essas pessoas que  
1987 fazem educação ambiental. Eu conversei essa semana, a gente tem  
1988 uma plataforma fantástica, veio um pessoal de Santa Catarina,  
1989 segunda passada agora, conhecer aqui em Minas. Chama Plataforma  
1990 de Dados IDE-Sisema, que é uma plataforma de dados dos  
1991 geoespacializados. Não sei se todo mundo conhece, mas assim, para  
1992 quem não conhece, é uma plataforma *online*, você pega todas as  
1993 bases de dados ambientais que estavam espalhadas pelos diversos  
1994 órgãos, faz camadas e bota nessa base de dados georreferenciada.  
1995 Então, você bota a coordenada geográfica, você sabe lá como está a  
1996 questão, toda a nossa base de dados de monitoramento das águas,  
1997 do ar e tudo mais, nessa situação. Salvo engano, aí eu estou dando  
1998 uma informação, gente, que eu não tenho certeza, não sei se os meus  
1999 colegas da SEMAD conseguem... os EIA / RIMAs, eu acho que estão  
2000 disponíveis, eu não tenho certeza. Estão, Flávia? Você consegue  
2001 consultar nessa base de dados, você tendo um ponto, você consegue  
2002 saber quais os processos de licenciamento com EIA / RIMA. Você  
2003 pode falar, Flávia? Porque eu estou dando uma informação, não é  
2004 muito certa, porque não trabalho diretamente nesse setor. Flávia  
2005 Simão, da SEMAD: "Bom dia a todos. Meu nome é Flávia Simão, eu  
2006 sou Diretora de Apoio Operacional no SEMAD vinculado a  
2007 Superintendência de Políticas Regionais. Foi lançado o sistema de  
2008 audiência pública, então, todos os processos que são formalizados na  
2009 SUPRAM e instruídos com EIA / RIMA, eles são publicados e são  
2010 disponibilizados nesta página e os estudos ambientais estão  
2011 disponíveis lá. Estão no *site* da SEMAD, você procura em  
2012 'Regularização Ambiental' 'Consulta' e 'Requerimento de Audiência  
2013 Pública'. Os requerimentos das audiências públicas se dão através do  
2014 próprio sistema, não há necessidade nem, inclusive de se deslocar à

2015 SUPRAM. Vincula automaticamente no sistema e o EIA / RIMA está  
2016 disponível. Pode pesquisar por município, por SUPRAM, por número  
2017 do processo, CNPJ, tem vários filtros, você pode gerar um relatório no  
2018 próprio *site*, de todos os empreendimentos que foram instruídos com  
2019 EIA / RIMA.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “É o seguinte,  
2020 enquanto a gente não tem esse sistema, a gente tem o paliativo. O  
2021 que eu recomendo? Por exemplo, vou pegar a situação de Divinópolis  
2022 como exemplo. Nesse sistema de requerimento de audiência pública,  
2023 porque o programa de educação ambiental não documenta avulso, ele  
2024 é parte do EIA / RIMA, você não vai achar ele solto. Então, você tem  
2025 que procurar os EIA / RIMAs. Se você entrar nesse sistema e procurar  
2026 por município, você vai saber quais EIA / RIMAs têm naquele  
2027 município, isso não vai estar georreferenciado, não vai te dar a  
2028 poligonal da área de influência direta do empreendimento ainda, mas  
2029 só de você saber onde que está, pelo próprio estudo você lendo o EIA  
2030 / RIMA você vai saber qual é a área e aí, talvez, você tem esse dado  
2031 para que você possa fazer esse tipo de pesquisa. Eu estou  
2032 conversando com o Fabrício, é o nosso diretor da Diretoria da DGTA,  
2033 que é Diretoria de Gestão Territorial Ambiental, para tentar incluir os  
2034 dados dos programas já com a poligonal geoespacializada nessa  
2035 plataforma IDE, que é igual eu falei, eu não consegui criar um sistema  
2036 próprio de educação ambiental por questões financeiras, mas é um  
2037 projeto que a gente tem para agora, mas a gente está discutindo  
2038 ainda. Mas, enquanto não está pronto, aí eu recomendo vocês  
2039 fazerem pesquisa, e outra coisa, nesse sistema vai ter o EIA / RIMA,  
2040 mas não vai ter os relatórios, tá, esse sistema de audiência pública,  
2041 mas todo o processo de licenciamento ambiental é público. Então,  
2042 você pode ir no órgão ambiental, na SUPRAM aqui em Divinópolis  
2043 tem uma, pedir vistas ao processo e lá você vai ter acesso aos  
2044 relatórios.” José Augusto, da Semad/ASF: “É exatamente isso que eu  
2045 ia falar, André Luis, acabou de falar, é bom a gente sempre ressaltar.  
2046 Todos os processos são públicos, excetuado, tem alguma hipótese  
2047 normativa do sigilo industrial, mas normalmente, na prática não se  
2048 pede isso, que vai também ser referente aos dados do processo  
2049 produtivo, não vai ser esse tipo de projeto. Então, uma vez  
2050 conhecendo de determinados empreendimentos que a gente vê que a  
2051 característica dele é de um EIA / RIMA e por consequência tem um  
2052 programa de educação ambiental, pode ser buscado o órgão  
2053 ambiental para que tenha esse acesso às informações e aí a pessoa  
2054 vai ter vista, vai ter acesso a esse documento e essa informação. E,  
2055 isso já vem evoluindo com o IDE, eles já estão começando a  
2056 identificar as licenças emitidas no IDE, o ponto geográfico, tem a  
2057 referência, tem o sistema de decisão também, que tem a referência do

2058 processo, além da questão da audiência pública, que já foi falada, e a  
2059 tendência também é o processo tornar eletrônico. Uma vez sendo  
2060 eletrônica, essa consulta fica até de maneira mais simples, não  
2061 precisa nem de ir presencialmente ao órgão, já vai ter acesso a esse  
2062 tipo de informação, mas qualquer necessidade, a SUPRAM Alto São  
2063 Francisco fica à disposição para, se precisar de ter vista de algum  
2064 processo, essa informação ser repassada, porque isso tem só a  
2065 auxiliar e engrandecer quem for buscar essa informação e tentar  
2066 replicar, aproveitar a melhor prática, verificar sem copiar, mas tirar  
2067 algo de positivo do que já tem sido entregue, que esteja sendo  
2068 executado.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Bom dia. Primeiro, só  
2069 fazer o esclarecimento, quem não conhece o Conselheiro (trecho  
2070 incompreensível) só para esclarecer o que ele falou. Regimento  
2071 interno, Conselheiro é uma função não remunerada, ninguém ganha  
2072 para estar aqui como Conselheiro. É isso para todos os comitês,  
2073 comitês de bacia e (trecho incompreensível). Na verdade, só na  
2074 questão, primeiro, queria te parabenizar, porque, igual você falou, teve  
2075 a reunião dos servidores e teve a da FIEMG na reunião dos  
2076 servidores sobre a questão do problema ambiental no setor industrial.  
2077 Hoje, a FIEMG tem dentro dela o Conselho dos Empresários para o  
2078 Meio Ambiente e dentro desse conselho são discutimos todas essas  
2079 questões ambientais, as leis que estão sendo colocadas no estado.  
2080 Então, eles olham essas questões para depois discutir com o estado  
2081 para a gente sempre procurar melhorias em relação a isso. E dentro  
2082 do CEMA existe um GT, um grupo de trabalho específico procurando  
2083 educação ambiental. Hoje nós temos 12 empresas que (trecho  
2084 incompreensível) que discutem isso e foram apresentados alguns  
2085 pontos.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Já me convidaram para a  
2086 reunião do GT de educação ambiental. Eu fui, e foi muito bom.”  
2087 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Então, hoje a gente tem essa  
2088 preocupação toda e vários pontos que foram apresentados na reunião  
2089 do servidor, as preocupações que a FIEMG tem em relação ao PEA,  
2090 você já trouxa na sua apresentação, esclarecimentos em relação a  
2091 isso, como a questão da área diretamente afetada, que hoje não  
2092 existe uma informação para você saber ‘A empresa foi solicitada a  
2093 questão de fazer um PEA’. Aí, quando eu vou começar a fazer, eu não  
2094 sei se tem alguém empresa próximo que já faz para a gente fazer uma  
2095 comunicação.’ Então, essa é a dificuldade que começa a ser uma  
2096 coisa saturada, que é aquela questão que você explicou. Chega uma  
2097 empresa e faz um trabalho na comunidade, depois vai outra lá ‘Já tive  
2098 esse trabalho aqui.’ e fica um complicador em relação a essas  
2099 questões. Outro ponto bem, que você colocou, que foi citado pelo  
2100 SINDUSCON, foi a questão da cultura. Hoje, não só na questão do

2101 PEA, mas quando pega também as questões de audiências públicas,  
2102 quem participa e campanha, sempre tem a cultura de quando tem  
2103 uma obrigação ao empreendedor de apresentar um impacto pela  
2104 empresa, pelo empreendimento dele, que a comunidade, quando ela  
2105 é menos assistida, ela começa a exigir coisas que não fazem parte  
2106 daquele trâmite ambiental do empreendimento. Então, é solicitado  
2107 asfalto, pronto-socorro, teve um projeto lá que eles pediram a  
2108 dentadura para mãe do rapaz. Então, assim, acontecem situações  
2109 que eles aproveitam o momento da carência por questão de cultura.  
2110 Não vê que essa parte é questão ambiental. Então, é importante estar  
2111 citando essas questões. Agora também existem as preocupações que  
2112 a FIEMG tem em relação ao PEA. Vamos a alguns pontos aqui.  
2113 Primeiro ponto, na DN, antes você tinha listado EIA / RIMA, PEA. Aí  
2114 criou-se a DN, hoje cabe ao analista do processo identificar se o  
2115 empreendimento causa impacto ou não, para poder solicitar o  
2116 programa de educação ambiental, ou não. Isso aí foi discutido  
2117 anteriormente, quando se tratava de impacto local também, o que  
2118 ninguém sabia era o entendimento do que seria o impacto local depois  
2119 que criou-se a lei. Então, uma das preocupações é a questão da  
2120 análise de quem está analisando essa questão de ‘Vou colocar como  
2121 impactante, ou não?’ Porque não vai existir, não existe um  
2122 alinhamento, vai da interpretação de cada técnico que vai analisar,  
2123 apesar de ter inscrição de serviço, que é uma coisa que pega na  
2124 questão de análise, mas ainda há entendimentos diferentes. Hoje não  
2125 existe um alinhamento central entre as SUPRAMs. ‘Agora, para isso  
2126 aqui sempre ser pedido, você acha que vai? Acha que não vai?’  
2127 Lógico, vai analisar a questão local, se aquela atividade realmente é  
2128 impactante e tudo mais. Então, a preocupação é essa, pode solicitar  
2129 para o empreendimento aqui da região Alto São Francisco, quando  
2130 chegar na Zona da Mata falar que aquele empreendimento não vai  
2131 precisar de PEA. Aí você chega e fala assim ‘Espera aí, por que para  
2132 aquela atividade que é igual a minha, é a mesma que a minha para cá  
2133 pediu para lá não vai?’ Então, essa é uma das preocupações.” Não se  
2134 identificou: “Mas ele falou da padronização.” Conselheiro Túlio Pereira  
2135 de Sá: “Mas infelizmente não existe padronização. Está trabalhando  
2136 sim, ele está escutando, está levando, mas hoje (trecho  
2137 incompreensível) PEA, pega o licenciamento ambiental, não existe a  
2138 padronização dentro do estado. Existe interpretação, a mesma IS, a  
2139 mesma DN, existem várias interpretações de várias pessoas. Hoje  
2140 uma SUPRAM entende de uma maneira e a outra SUPRAM não  
2141 entende, entendeu? Hoje existe e não existe, vamos falar assim. E  
2142 isso é uma coisa que está sendo trabalhada para poder estar  
2143 corrigindo. Outra coisa, é a demora do trâmite do processo. Quando

2144 você vincula o PEA ao licenciamento ambiental, existe uma demora de  
2145 análise naquele processo. Existe uma demora de análise em cima  
2146 daquela questão do programa de educação ambiental. Então, isso  
2147 também está entrando como um possível entrave para o andamento  
2148 do processo ambiental, já existe... hoje o processo, dependendo da  
2149 situação, é um processo que não é tão rápido e ainda exista a  
2150 preocupação disso, mais um entrave em relação as análises  
2151 ambientais. Deixa eu ver o que mais.” José Augusto, da Semad/ASF:  
2152 “Túlio, só se você me permitir, se não tiver problema, senão fica à  
2153 vontade. É só porque às vezes, a gente já respondendo com  
2154 contraponto, talvez seja mais interessante para a questão de  
2155 informação. Eu acho que o André Ruas vai fazer uma colocação, só  
2156 se puder iniciar. É assim, vale dizer que a regra está estabelecida e  
2157 ela tem uma objetividade. A regra é para empreendimentos com o  
2158 significativo impacto com EIA / RIMA, aí nesse caso existe a  
2159 necessidade do PEA – Programa de Educação Ambiental, senão, a  
2160 regra aqui não é exigida. Existe um parágrafo excepcional que fala  
2161 que a critério com a devida motivação, mas a regra geral é que só vai  
2162 ter necessidade de PEA para empreendimentos de EIA / RIMA e isso  
2163 tem uma padronização na parte do estado, tem um posicionamento da  
2164 sua área que vem trabalhando arduamente para padronizar, a gente  
2165 sabe que tinham essas questões regionais, mas isso já vem  
2166 evoluindo. Claro, eu concordo que tem que melhorar, sempre tem o  
2167 que a gente aperfeiçoar, mas assim, com relação ao PEA, existe  
2168 objetividade de vinculação ao EIA / RIMA e existe já um  
2169 posicionamento institucional de quais as listas de atividades que  
2170 precisam de EIA / RIMA e quais não precisam. De fato, tem ainda  
2171 esse parágrafo, mas assim, em linhas gerais já tem uma certa  
2172 objetividade, mas eu acho que é válida essa colocação, sim.” André  
2173 Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Túlio, a minha memória não é muito boa  
2174 da cabeça, não. Então, eu prefiro ponto a ponto mesmo. Vamos lá.  
2175 Realmente, não existe norma, gente, que prevê todos os casos  
2176 possíveis, não existe lei que fala todas as exceções da regra, todos os  
2177 casos. Por causa disso, a gente deixou esse parágrafo, que é o  
2178 parágrafo terceiro do artigo 1º. Ele é justamente a exceção. Às vezes,  
2179 o empreendimento não é EIA / RIMA, porque a regra geral é EIA /  
2180 RIMA tem que ter PEA. Está bem delimitado. Só que esse parágrafo  
2181 terceiro abre espaço para que o órgão ambiental, mesmo quando não  
2182 tiver EIA / RIMA possa pedir. Até te justificar por que a gente colocou  
2183 esse parágrafo. Você deu um exemplo, o seguinte, poxa, às vezes, a  
2184 mesma empresa, a mesma atividade. Na SUPRAM ‘X’ pediu PEA e  
2185 na SUPRAM ‘Y’, a SUPRAM não pediu PEA. A tipologia do  
2186 empreendimento, a gente tem seis critérios para pedir, a tipologia é só

2187 uma. É igual aquele exemplo que eu cite, por exemplo, se eu pegar  
2188 um empreendimento que o cenário é urbano, provavelmente vai ter  
2189 comunidade no entorno. Se eu fizer na área rural, dependendo do  
2190 porte do empreendimento, da localização, às vezes, nem tem  
2191 população. Então, pode ser até a mesma atividade, só que em um  
2192 caso precisa do PEA e no outro caso não faz. Então, existe uma série  
2193 de critérios além da tipologia que a gente pede. É discricionária, eu  
2194 concordo com você, discricionária sim, às vezes, vai da cabeça do  
2195 técnico do órgão. Só que a gente está fazendo algumas coisas para  
2196 poder minimizar esse impacto da discricionariade. Quando a norma  
2197 saiu, a norma foi aprovada em abril, certo? Em junho a gente já fez  
2198 uma capacitação interna. Aí juntou todo mundo, vamos alinhar, você  
2199 falou a verdade, a SUPRAM entende uma coisa, a outra entende, mas  
2200 o objetivo, o alinhamento é minimizar essa discricionariade. Ano  
2201 passado, a gente ia fazer essa mesma capacitação, só que por uma  
2202 série de fatores, ano eleitoral, caiu no ano eleitoral, não podia fazer.  
2203 Então, o que a gente fez? A gente fez o mesmo evento. O evento de  
2204 três dias foi o dia 9 e 10 de abril desse ano, a gente fez só com os  
2205 técnicos e o dia 11 teve participação aberta para todo mundo, que,  
2206 inclusive aqui participou muito bem, com uma apresentação sobre a  
2207 visão deles do PEA. A gente alinou mais ainda e a gente criou um  
2208 grupo do WhatsApp, porque tem grupo do WhatsApp para tudo, entre  
2209 os técnicos da SUPRAMs. Então, o que a gente está adotando agora?  
2210 Quando o técnico da SUPRAM está em dúvida, quando tem certeza  
2211 não tem que consultar ninguém, mas vai que tem algum caso que ele  
2212 está na dúvida se ele pede ou não. A gente criou esse grupo do  
2213 WhatsApp, que a gente troca ideias, então a gente está tentando  
2214 achar paliativos para minimizar a discricionariade. Eu vou falar que  
2215 um dia vai chegar ao ponto que não vai ter mais discricionariade?  
2216 Não, porque é igual cabeça de juiz, cada cabeça é uma sentença.  
2217 Mas a gente tenta fazer ações, é a capacitação, a ideia é fazer todo  
2218 ano esse encontro, que a gente faz para pode alinhar, tirar essas  
2219 dúvidas, mas a gente já tem ferramentas mais rápidas, que é grupo. E  
2220 outra coisa interessantíssima que a gente descobriu esse ano. Gente,  
2221 as prefeituras que licenciam. Tem prefeitura aqui? Algum  
2222 representante de prefeitura?” Não se identificou: “Saiu agora.” André  
2223 Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Saiu agora? Ali, vocês são de qual  
2224 município?” Não se identificou: “Carmo do Cajuru.” André Ruas, da  
2225 ASSEA/SEMAD: “Carmo do Cajuru. Vocês licenciam?” Não se  
2226 identificou: “Sim.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Vocês cobram  
2227 educação ambiental?” Não se identificou: “Não.” André Ruas, da  
2228 ASSEA/SEMAD: “Não, isso é uma realidade. Tem muita prefeitura  
2229 que faz licenciamento, inclusive nós temos hoje no estado oito



2230 prefeituras que tem convênio de delegacia de competência que o  
2231 estado... licenciamento do estado, a gente delega para a prefeitura  
2232 fazer, mas eles não estão seguindo a DN 214.” Não se identificou:  
2233 “André, só fazer uma observação, nós não solicitamos e exigimos a  
2234 educação ambiental, porque os empreendimentos lá, a maioria, eles  
2235 têm classe 1 e 2, nós só temos um empreendimento classe 3. E o  
2236 classe 5 nós ainda não licenciamos.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD:  
2237 “Entendi. Então é justificável, se não tem classe. Mas lembrando que  
2238 é uma dúvida super comum. Quem me ligou? Teve alguém que... uma  
2239 consultora ambiental me ligou. ‘André, estou em um empreendimento  
2240 classe 6. Eu tenho que fazer o PEA?’ Eu desmistifiquei isso, porque é  
2241 uma coisa... gente, dentro do órgão e fora do órgão, todo mundo  
2242 entende que 5, 6 é EIA / RIMA, 3 e 4 RCA. Isso não é uma regra fixa,  
2243 eu já peguei licenciamento 3 com EIA / RIMA. Eu já peguei 6 sem EIA  
2244 / RIMA. Eu entendi, que a probabilidade de um 6 ter EIA / RIMA é  
2245 maior que se for um 3, mas isso não é uma regra. A regra é: tem ou  
2246 não tem EIA / RIMA, não é classe. A classe pode influenciar se tem  
2247 EIA / RIMA ou não, mas nem sempre essa regra é uma regra direta.  
2248 Tem classe 6 e tal, mas no caso de vocês, nenhum é EIA / RIMA  
2249 então? Então, EIA / RIMA não precisa. Então, vocês estão ok, mas  
2250 tem prefeitura – que eu não vou falar o nome – que eu liguei, falei  
2251 ‘Gente, vamos fazer um encontro para discutir o licenciamento?’ Eles  
2252 falaram ‘Olha, a gente tem vergonha de falar, mas a gente não está  
2253 cobrando, não.’ Então, uma coisa que a gente está fazendo agora,  
2254 além de alinhar a SUPRAM, a gente está alinhando prefeitura. Aí, na  
2255 capacitação que a gente fez com a SUPRAM, a gente convidou  
2256 algumas prefeituras e eu já falei com a Diretoria de Gestão Municipal  
2257 Ambiental Municipal da SEMAD, eles fazem capacitação com as  
2258 prefeituras também, eu falei ‘Eu preciso incluir educação ambiental na  
2259 sua capacitação, porque as prefeituras não estão cobrando, ou  
2260 quando cobram, cobram muito diferente do que a DN fala.’ Então tem  
2261 esse fator também. Túlio, tinha mais coisa que você falou. O que é?”  
2262 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “A mora vinculada ao processo  
2263 (trecho incompreensível) prefeitura, que eu ia falar isso também, que  
2264 é outra preocupação, que vocês estão criando alinhamentos entre o  
2265 estado. Aí, quando chega nos municípios, aí é da cabeça de cada um.  
2266 (Trecho incompreensível). São oito ou dez municípios, sem ser aqui  
2267 na região. Não, eu acho que aqui no São Francisco aqui são oito ou  
2268 dez. Se pegar dos oito, se pegar três, trabalham iguais, o restante  
2269 cada um da sua maneira, do seu jeito e está exigindo coisas que não  
2270 deveriam exigir. Então, esse alinhamento, assim como foi feito lá no  
2271 treinamento anterior (trecho incompreensível) 140, com o devido  
2272 treinamento aqui com as prefeituras, tentar padronizar alguma coisa.

2273 Isso, depois que cada um começou (trecho incompreensível). André  
2274 Ruas, da ASSEA/SEMAD: “No encontro que a gente fez em abril, a  
2275 gente já tinha detectado essa questão, do problema com as  
2276 prefeituras. Algumas prefeituras já participaram da capacitação com a  
2277 gente, por exemplo, Belo Horizonte, Betim, Extrema, são as que eu  
2278 me lembro. E eu já falei com a Cibele, que é a Diretora de Gestão  
2279 Municipal, falei ‘Cibele, eu descobri que as prefeituras não estão... ou  
2280 não cobram PEA, ou quando cobram, estão cobrando de um jeito  
2281 totalmente diferente do que a gente está fazendo, então não tem um  
2282 alinhamento também não...’, mas já foi detectado e a gente já está  
2283 conversando. A demora. O que aconteceu, gente? Quando a norma  
2284 saiu, a gente deu um prazo de um ano para as empresas se  
2285 adequarem. Por que deu um prazo de um ano? Você tem que fazer o  
2286 diagnóstico, certo? E o diagnóstico é demorado. Você tem que ir na  
2287 comunidade, mobilizar, sociabilizar, fazer a devolutiva. Então, para  
2288 fazer, para elaborar o programa, demora também. E a gente deu um  
2289 prazo de um ano para todo mundo se adequar. O que aconteceu?  
2290 Como a gente, é igual eu falei no início da apresentação, ampliou o  
2291 leque de empresas que são obrigadas a apresentar PEA. Choveu,  
2292 todas ao mesmo tempo na SUPRAMs. A SUPRAM Central está com  
2293 mais de 80 PEAs para analisar. Por quê? Agora todo mundo tem que  
2294 fazer. Todo mundo fez e entregou, só que todo mundo entregou ao  
2295 mesmo tempo. Então, criou-se um passivo, porque, igual eu falei, só a  
2296 SUPRAM tem mais de 80 PEAs para analisar e o problema que a  
2297 gente tem é, não temos equipe suficiente para responder esses PEAs  
2298 dentro do prazo. Eu fiz uma reunião semana passada com a SUPRAM  
2299 Central e com a SUPRI, que é a Superintendência de Projetos  
2300 Prioritários, são as mais agravantes que essa situação está  
2301 ocorrendo, para a gente achar uma solução para esse problema. E a  
2302 gente já está correndo atrás, mas assim, o que você falou é verdade e  
2303 a gente já tinha visto isso. E a gente vai ter que mexer... qual é a  
2304 solução? Aumentar a equipe, eu estou falando lá. A gente está  
2305 tentando aumentar a equipe, mas sendo realista, se eu não conseguir  
2306 aumentar a gente já tem um Plano B. Mas eu não posso falar, porque  
2307 ainda estamos discutindo isso.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá:  
2308 “Certo. Não, a questão é só essa, acho que assim, a gente, a FIEMG  
2309 não é nada contra a questão do programa ambiental, a gente entende  
2310 que existe o benefício para as indústrias, mostrar que a indústria...  
2311 porque hoje, tinha aquela velha história de sempre taxar a indústria  
2312 como quem começa a agredir e hoje, com esses programas consegue  
2313 mostrar o contrário. Então, assim, é só em relação mesmo, a gente  
2314 tem procurado o estado, procurar melhorias que sejam viáveis para a  
2315 gente conseguir trazer isso. Hoje é um problema, por exemplo, você

2316 vai fazer um PEA, em uma coleta de instalação do empreendimento.  
2317 Hoje você tem os pontos flutuantes, hoje tem a (trecho  
2318 incompreensível) fica lá 15, 20 dias. Para você elaborar um PEA para  
2319 esse pessoal é um pouco complicado, quer dizer, treinar um aqui,  
2320 outro ali. Então, a gente entende que, ainda são coisas a ser  
2321 melhoradas e tem buscado.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Cada  
2322 caso é um caso, é igual eu falei para a frente, a gente nunca vai  
2323 escrever uma lei e prever todas as situações possíveis e imagináveis.  
2324 Existem cenários, tem empreendimentos com características  
2325 diferentes. Depois que a gente fez com a norma que o pessoal vai  
2326 detectar ‘Olha, no meu caso é diferente do dele.’ Igual eu vou dar um  
2327 exemplo, alguém me deu o exemplo seguinte, hoje eu acho que vai  
2328 fazer aquela licença de pesquisa mineral pede EIA / RIMA, eu acho  
2329 que por conta da legislação federal, (trecho incompreensível) para  
2330 pesquisa, só que é pesquisa mineral? Fazer uma sondagem, só que  
2331 tem EIA / RIMA, aí tem que fazer PEA. Eu falei ‘É uma atividade  
2332 que não precisava’, porque para fazer sondagem eu vou fazer  
2333 educação ambiental? Para quem? É só fazer uma série de  
2334 sondagens. Então, mas a gente não consegue lembrar de todos esses  
2335 casos, então cada caso é um caso. Por isso que foi importante colocar  
2336 aquele artigo da discricionariedade, é igual eu falei, tem o caso que  
2337 não precisa, igual esse caso que eu dei o exemplo da licença de  
2338 pesquisa mineral que o empreendedor pode solicitar dispensa, porque  
2339 o caso dele realmente não precisa, mas, às vezes, tem  
2340 empreendimento que por força da lei não é EIA / RIMA, mas pela  
2341 característica dele, ele precisa fazer educação ambiental, porque, às  
2342 vezes, ele tem muita comunidade no entorno, tem muitos problemas  
2343 ambientais, era necessário, só porque não é EIA / RIMA eu não vou  
2344 poder... só porque é RCA eu não vou poder pedir. Então, tem que ter,  
2345 mas aí é aquilo, alinhar a gente, capacitar e alinhar continuamente os  
2346 técnicos da SUPRAMs, mas isso a gente faz um trabalho, em agosto  
2347 a gente vai ter uma semana de alinhamento. Todo ano a gente faz,  
2348 bota todo mundo das SUPRAMs. Todo mundo, não, os dirigentes,  
2349 diretores, superintendentes, bota em um lugar bem longe de trabalho,  
2350 tranca em uma sala e fala ‘Vocês vão alinhar entendimentos e  
2351 procedimentos.’ É uma tarefa permanente e contínua, é igual a  
2352 educação ambiental, é contínuo.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Só  
2353 para finalizar, a questão que a gente tem de parte do público interno,  
2354 mas assim como nas universidades falaram, também há possibilidade  
2355 de, para o público externo, ser obrigação do empreendedor. E sim de  
2356 uma secretaria, ou uma universidade atua lá e o empreendedor apoiar  
2357 aqueles projetos de ensino e educação ambiental que já são  
2358 executados. Igual você falou, o índice, como você mede, o (trecho

2359 incompreensível) você tem um índice para medição do (trecho  
2360 incompreensível) se está valendo a pena ou se não está. Assuntos,  
2361 quando você pega, existe hoje, infelizmente, a falta de profissionais no  
2362 mercado com a capacidade para isso, então acaba que quando você  
2363 vai apresentar um tema de PEA, geralmente os temas padrões, acaba  
2364 que aquilo tudo já foi apresentado e o pessoal já nem está tão  
2365 interessado em relação aquilo. O impacto é mais ou menos o mesmo,  
2366 pegar aquilo que já trabalhou, então pega cópia e cola e apresenta e  
2367 vamos ver se passa. Então, essa possibilidade de o público externo  
2368 ser apoiador de algum projeto que está acontecendo na comunidade.  
2369 A unidade está fazendo o trabalho de qualidade de água, na  
2370 universidade UFSJ faz. O empreendedor entra com o seu PEA de  
2371 apoiador, naquele processo. Também seria uma saída para ajudar em  
2372 alguns destes pontos” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Sim. Nada  
2373 contra, vejo igual a resposta que eu dei para a professora. Que,  
2374 mesmo que universidade elabore e execute o PEA, que seja de  
2375 acordo, que ele tenha conexão com os impactos do empreendimento.  
2376 É, seria uma diferença o seguinte, em vez de você contratar um  
2377 consultor, você está contratando a universidade. Para a gente é  
2378 indiferente. Para a gente o que importa é o conteúdo e a efetividade  
2379 do programa. Se a universidade estiver fazendo um programa  
2380 excelente, ótimo. Não pode fugir do escopo, porque acontecia muitas  
2381 vezes isso: o empreendedor contratava, a universidade já fazia um  
2382 projeto, mas não tinha relação com o impacto que o empreendimento  
2383 estava causando. Aí não, aí vai dar pau mesmo.” Conselheiro Túlio  
2384 Pereira de Sá: “Certinho. Aí, só mais uma vez parabenizar, realmente  
2385 essas mudanças que vocês fizeram. Obrigado.” André Ruas, da  
2386 ASSEA/SEMAD: “Muito obrigado.” Não se identificou: “Com quem  
2387 entra em contato depois para mandar essa palestra?” André Ruas, da  
2388 ASSEA/SEMAD: “Vai estar no site.” Não se identificou: “Certo. E a  
2389 gente, aqui o pessoal de grupo engenharia para poder levar uma  
2390 reunião dessa aí, para poder formatar.” André Ruas, da  
2391 ASSEA/SEMAD: “À disposição, é um prazer, viu?” Não se identificou:  
2392 “Obrigado. Desculpa aí.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “Pessoal,  
2393 vamos lá. Dúvidas? Desabafos? Críticas?” José Augusto, da  
2394 Semad/ASF: “Só para tentar contribuir, a questão que o Túlio falou e  
2395 para tentar trazer a questão de compartilhamento de informação,  
2396 mesmo. Essa questão também da subjetividade para a exigibilidade  
2397 do PEA, para quando não tiver EIA / RIMA, isso pode ser  
2398 questionado. O André citou lá na norma tem o que a pessoa tem que  
2399 fundamentar, o técnico não pode ‘Ah porque eu entendo, porque eu  
2400 acho.’ Isso é passível de questionar e no direito administrativo, até os  
2401 atos discricionários têm que ter os motivos determinantes, a

2402 argumentação que ele está usando para embasar isso. Então assim,  
2403 se eventualmente tiver algum excesso, o técnico estiver com o  
2404 posicionamento muito radical, isso é possível de ser questionado  
2405 administrativamente e judicialmente. Ele não vai ter um nível de  
2406 liberdade plena, não. Ele tem certas diretrizes que ele vai ter que  
2407 observar para isso. E assim, a questão do prazo também, eu acho  
2408 que é importante sempre a gente procurar encontrar uma  
2409 racionalização do processo, cuidar da sustentabilidade, mas também  
2410 não ser algo, tem até um princípio constitucional da razoável duração  
2411 do processo. Eu acredito que talvez, por ser muito vinculado ao EIA /  
2412 RIMA, o EIA / RIMA talvez seja mais trabalhoso que o PEA, então  
2413 talvez, para essa questão de prazo, não sei se vai chegar a impactar  
2414 tanto, mas eu acho que é válido também ouvir essa parte para a gente  
2415 ir sempre buscando otimizar as análises e os procedimentos mesmo,  
2416 isso é sempre muito importante. Obrigado.” André Ruas, da  
2417 ASSEA/SEMAD: “Muito boa a colocação do José Augusto, porque é o  
2418 seguinte, para o técnico exigir, da mesma forma que o empreendedor  
2419 para pedir a dispensa tem que ser tecnicamente motivada, para o  
2420 analista da SUPRAM pedir o PEA, no caso, ele tem que ter  
2421 tecnicamente justificado, não pode ser simplesmente ‘Eu quero que  
2422 faça.’ Ele tem que apresentar suas justificativas para tal. Ontem eu  
2423 encontrei com o Subsecretário de Regularização Ambiental, Doutor  
2424 Hidelbrando Neto, e aí a gente conversou sobre várias questões, a  
2425 gente já até conversou aqui essas dúvidas que você levou também,  
2426 eu marquei uma reunião com ele daqui a duas semanas para a gente  
2427 discutir isso. Então, toda essa problemática de, às vezes, morosidade,  
2428 é igual eu falei, foi uma situação que, chegou... imagina chegar 80  
2429 PEAs de uma vez só na SUPRAM? Realmente, é difícil analisar todos  
2430 com agilidade, mas a gente já está correndo atrás da solução para  
2431 esses problemas. Dúvidas, pessoal? Eu acho que então podemos  
2432 encerrar? Desculpa, tem que gravar. Eu vou ter que pedir para vir  
2433 aqui, para registrar na gravação. Aí é só identificar o nome também,  
2434 antes de fazer a gravação.” Tainara: “A gente pode solicitar ao técnico  
2435 esse motivo de ele ter pedido o PEA no licenciamento?” André Ruas,  
2436 da ASSEA/SEMAD: “O técnico, ele vai pedir isso como informação  
2437 complementar, porque aqui, o processo foi formalizado sem o  
2438 programa, porque era um RCA, por exemplo. Então não tinha que  
2439 fazer. Aí, o técnico vai analisar o processo, os documentos e tal. Aí,  
2440 ele viu que precisava pedir tecnicamente justificado. Ele vai mandar  
2441 um ofício para vocês de informação complementar, dentro das  
2442 informações ele pediu a isenção do PEA. Eu não sei se... aí varia  
2443 também do técnico. Eu, quando analisava, geralmente eu escrevia  
2444 uma frase, um parágrafo falando o porquê ‘Em função da população,

2445 da comunidade estar a 100 metros da empresa e sobre os  
2446 impactos...’, mas aí, não necessariamente vai estar escrito, mas o que  
2447 eu recomendo? A SUPRAM, basta você entrar em contato com a  
2448 SUPRAM também, marca uma reunião e tira essa dúvida com ele. Por  
2449 que você está pedindo, ou não. E também não é tão discricionária  
2450 assim, porque quem assina o ofício de informação complementar não  
2451 é o técnico, eu acho que é o diretor ou superintendente. Então, para o  
2452 diretor também assinar que tem, eu se eu fosse diretor, eu teria que  
2453 estar convencido ‘Por que você está pedindo?’ Quando eu falo com o  
2454 técnico, como se fosse meu técnico. Eu falo ‘Por que você está  
2455 pedindo PEA?’ Aí vai conversando. Então, também não é uma  
2456 decisão só de uma pessoa. O diretor ou superintendente que assinou  
2457 o ofício, ele também está ciente do que ele está pedindo  
2458 internamente, mas o que eu recomendo é agendar uma reunião com a  
2459 SUPRAM para tirar essas dúvidas. Às vezes, o ofício também é muito  
2460 curto, não dá para fazer um parecer de justificativa para pedir, mas o  
2461 próprio empreendedor, eu acho que, pelas características do  
2462 empreendimento dele, igual eu falei, primeira característica: tem que  
2463 ter comunidade. Se eu tiver comunidade... eu falo comunidade e  
2464 trabalhador, tá, gente? Perdão. Entenda-se os dois casos. Entende  
2465 que precisa trazer. Agora, se o impacto ambiental... são todos aqueles  
2466 critérios que estavam ali no artigo 3º, não é um único critério de  
2467 tipologia igual o (trecho incompreensível) falou, às vezes, se sua  
2468 empresa for uma siderurgia, às vezes, uma siderurgia, dependendo  
2469 do fator locacional, a localização diferente, os impactos ambientais  
2470 são totalmente diferentes também. E a comunidade, não pode ter  
2471 comunidade. Então, eu quando era técnico me pleiteava muito pelo  
2472 bom-senso. Não vou pedir porque ele veio da minha cabeça. Eu  
2473 tentava ver a situação, cada caso é um caso. Igual eu falei, não tem  
2474 como escrever na norma, senão a norma ia ficar uma norma  
2475 gigantesca falando ‘Para essa atividade precisa, para essa não  
2476 precisa. Essa se estiver em área rural precisa, se não estive em área  
2477 rural não precisa. Não tem como escrever isso em uma norma. Então,  
2478 a reunião com o técnico, eu acho que ficou bem mais fácil.” Tainara:  
2479 “Não, porque essa empresa, no caso nosso, veio no parecer único,  
2480 não está nem condicionado, está no parecer.” André Ruas, da  
2481 ASSEA/SEMAD: “Mas o seu processo não tinha EIA / RIMA?”  
2482 Tainara: “Não.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “E o que estava  
2483 escrito no parecer?” Tainara: “De cabeça não vou...” André Ruas, da  
2484 ASSEA/SEMAD: “Mas falava: ‘Tem que fazer?’ e aí foi condicionado?”  
2485 Tainara: “Não está na condicionante, está no parecer. Não está  
2486 condicionado.” Guilherme, da Supram/ASF: “Bom dia a todos. Nós já  
2487 temos, ou já tivemos alguns casos, não sei se é esse, de processos

2488 não passíveis de EIA / RIMA, mas com o programa de educação  
2489 ambiental formalizado. Então, o processo não é passível de EIA /  
2490 RIMA, mas ele apresentou o programa. Como o André muito bem  
2491 colocou, não há impeditivo nenhum de qualquer empresa querer  
2492 fazer. Nós já identificamos inclusive, André, nestes casos, a  
2493 aprovação do projeto sem a cobrança da DN 214 por entender que, o  
2494 empregador está apresentando o projeto. Olha, não é obrigatório,  
2495 então nós não vamos também amarrar que ele apresente todos os  
2496 índices da DN 214, uma vez que ele já estava propondo algo além.  
2497 Não sei se é o caso em questão, mas, de praxe, como o programa é  
2498 apresentado, a sua execução também é condicionada com  
2499 apresentação dos relatórios. Não sei se é o caso, mas igual o André  
2500 Ruas bem colocou, qualquer solicitação de informação complementar  
2501 quando é solicitado pelo programa, ele vai vir mais cedo. É muito  
2502 comum que tenha, talvez, a vinculação com algum pedido da  
2503 legislação. Conforme artigo 3º da DN 214, solicita-se o PEA –  
2504 Programa de Educação Ambiental. Nada impede de reuniões que são  
2505 feitas corriqueiramente, discutir as informações complementares, de  
2506 verificar os motivos e também não havendo um posicionamento  
2507 formal, nada impede também de a gente elaborar alguma nota que  
2508 justifique para apresenta-los ao empreendedor, caso ele queira fazer  
2509 algum contraponto.” André Ruas, da ASSEA/SEMAD: “O Guilherme  
2510 falou verdade, tem empresa que não é obrigada, mas ela é  
2511 propositivamente, ela...porque, igual eu falei, educação ambiental é  
2512 uma coisa que se as pessoas souberem usar ela como uma  
2513 ferramenta, da forma correta, ela pode trazer ganhos positivos, eu sei  
2514 que para a empresa é um custo a mais, mas eu não vejo a educação  
2515 ambiental como um custo, vejo como um investimento. Especialmente  
2516 no relacionamento que tem junto com a comunidade. A comunidade  
2517 vai ficar feliz se for bem-feito. Se for malfeito, aí também... é igual eu  
2518 falei, é o barato que sai caro. Se está fazendo um programa qualquer  
2519 coisa, na verdade, você está gastando e jogando dinheiro fora, porque  
2520 programa malfeito, barato, para mim é caro, porque não teve  
2521 efetividade. Pessoal, vamos encerrar, então? Acho que esgotamos as  
2522 dúvidas.” Guilherme, da Supram/ASF: “André, gostaria de agradecer  
2523 em nome do Superintendente Rafael, que encontra-se de férias, então  
2524 a gente participou da formação do tema. O José Augusto também  
2525 participou, a Flávia, a Cirlene e quando a gente sugeriu entre temas  
2526 educação ambiental, a gente ficou muito feliz com seu pronto (trecho  
2527 incompreensível) com o atendimento em apresentar isso aqui para a  
2528 gente. Gostaria de agradecer a disponibilidade, não só você, toda  
2529 equipe, os demais que não estão aqui. Muito obrigado pela  
2530 oportunidade de repassar isso para o Regional do Alto São Francisco.

2531 Eu estive conversando ontem com a Amanda e, já vi que é até uma  
2532 boa dica, na regional do Alto São Francisco, nós temos duas unidades  
2533 de conservação de proteção integral que executa ações de educação  
2534 ambiental e aí, em uma conversa informal 'Amanda, já teve alguma  
2535 pesquisa? Alguma procura? Alguma coisa?' Então, nós sabemos de  
2536 áreas que estão no entorno da unidade de conservação, a  
2537 apresentação foi muito boa nisso. Serve também para que os  
2538 empreendedores consultores. Também deixar a propaganda das  
2539 unidades de conservação, que executam as ações de educação  
2540 ambiental e que podem ser apoiados conforme foi apresentado, mas  
2541 no final é agradecer mesmo a disponibilidade." André Ruas, da  
2542 ASSEA/SEMAD: "Muito obrigado, Guilherme. Pessoal, eu também  
2543 queria agradecer. É igual eu falei, nós estamos aqui, essa é a primeira  
2544 reunião regional do 'Diálogos com o SISEMA' e a gente começou a  
2545 discutir esse ano. Ano passado todas as reuniões foram em Belo  
2546 Horizonte. A gente quer discutir temas regionais, não adianta discutir  
2547 um problema com vocês que não tem a ver com a região aqui do Alto  
2548 São Francisco. Então, como a gente escolheu os temas? A gente  
2549 pediu que cada superintendência levantasse até 3 sugestões de tema  
2550 daqui da região que fosse passível de discussão e a gente tem que  
2551 escolher um. E no final foi escolhido educação ambiental, então eu  
2552 fiquei muito feliz. Aí, primeiro é brigar por ter sugerido a parte da  
2553 educação ambiental, para mim é muito importante falar sobre a  
2554 norma, por quê? Como eu participei da construção dela, a gente fica  
2555 muito feliz quando vê frutos, não é? E, o (trecho incompreensível) está  
2556 falando aqui para vocês, é igual eu falei, eu espero que pelo menos  
2557 eu plantei uma sementinha na cabeça de cada um para melhorar o  
2558 André falou que (trecho incompreensível) ambiental, está ruim, vamos  
2559 fazer melhorar. Então, se isso surgir efeito em algum lugar já valeu a  
2560 minha visita aqui. Então, obrigado, Guilherme. Agradece o Rafael por  
2561 mim, por ter escolhido esse tema pela recepção aqui também e  
2562 pessoal, uma coisa que eu esqueci de falar no início da reunião, que  
2563 para mim também é importantíssimo. Eu trouxe uma lista de presença  
2564 do 'Diálogos com o SISEMA'. Por que é importante vocês assinarem a  
2565 lista? Primeiro, a gente emite certificado. Então, quem quiser  
2566 certificado da presença aqui, o certificado é enviado por e-mail. A  
2567 gente não vai entregar certificado impresso, não, porque a gente é  
2568 educação ambiental, a gente tem que reduzir o consumo de papel,  
2569 mas a gente faz o certificado, encaminha para o e-mail de vocês, aí  
2570 eu vou pedir um prazo também, porque, dependendo do número de  
2571 certificados e porque, para a gente, é uma estatística importante,  
2572 porque eu faço um balanço sobre as reuniões para saber o que pode  
2573 melhorar, por exemplo, se eu falo assim 'A adesão está baixa, o que a



2574 gente pode fazer para melhorar ou não'. E também a gente usa esses  
2575 e-mails para divulgar outras questões importantes, ou das reuniões do  
2576 'Diálogos', outros temas de interesse da secretaria, a gente usa para  
2577 fazer transparência de informações, divulgar informações. Então,  
2578 lógico que se vocês não quiserem receber e-mail é só falar também  
2579 não tem problema. Então, para a gente é importante, primeiro para  
2580 emitir o certificado de vocês, segundo, para a gente ter uma  
2581 estatística para o nosso programa 'Diálogos' e terceiro também, que é  
2582 uma ferramenta de comunicação fantástica que a gente usa para  
2583 fazer divulgação das ações da secretaria, tipo a reunião que a gente  
2584 está fazendo aqui hoje. Muito obrigado a todos, espero voltar em  
2585 breve. As outras reuniões do 'Diálogos', a apresentação que eu fiz  
2586 hoje, como eu falei, vai estar no *site*, então quem quiser pegar pode  
2587 acessar, as próximas reuniões dos 'Diálogos' são regionais, são  
2588 divulgadas no *site* também com no mínimo 15 dias de antecedência.  
2589 Então é só ficar olhando a página lá, uma vez por mês e vocês vão  
2590 saber o que está acontecendo e, deixa eu ver, eu acho que passei  
2591 todos os recados. Obrigado, e até a próxima. **8. ENCERRAMENTO.**  
2592 Presidente Suplente Amanda Cristina Chaves: "Então muito obrigado  
2593 a todos pela presença. Muito obrigada a todos pela presença. André,  
2594 muito obrigada pela apresentação. E encerramos a reunião."

\*\*\*\* \* \* \* \* \*

### **APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

---

**Presidente Diogo Soares de Melo Franco**